



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE  
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>  
\_(79) 3209-8694\_selic@tre-se.jus.br

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2024

PROCESSO 0004771-38.2024.6.25.8000

ATENÇÃO

Em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nºs [754/2015](#), [2.146/2022](#) e [316/2024](#) - Plenário), **alerta-se** para que a(o)s licitantes analisem detalhadamente o Edital para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, fraudar a licitação, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, dentre outras condutas previstas na Lei nº 14.133/2021, sujeitará a(o) licitante às sanções administrativas (penalidades) cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

SUMÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA LICITAÇÃO
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (E CORRESPONDENTES VEDAÇÕES)
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VISTORIA / VISITA TÉCNICA
CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)
CLÁUSULA SEXTA - DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006
CLÁUSULA SÉTIMA - DA NEGOCIAÇÃO
CLÁUSULA OITAVA - DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)
CLÁUSULA NONA - DA ETAPA DE HABILITAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA - DA ETAPA RECURSAL
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (penalidades em sede de processo licitatório)
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE/SE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica à(ao)s interessada(o)s que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, em sessão pública instrumentalizada pelo Sistema de Compras do Governo Federal, dirigida por sua(eu) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Equipe de Apoio, designada(o)s pela Portaria TRE/SE 318/2023, e regida pela Lei 14.133/2021, pela Lei 13.709/2018, pela Lei Complementar 123/2006, pelos Decretos 8.538/2015, 9.507/2018 e 11.246/2022, pela Resolução CNJ 347/2020, pela Resolução TSE 23.702/2022 e pela Resolução TRE/SE 120/2015, pela IN SEGES/ME 73/2022, bem como subordinada às condições e às exigências estabelecidas neste Ato Convocatório e em seu(s) Anexo(s), e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**  
**LICITAÇÃO DESTINADA À AMPLA PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORA(E)S** (Lei Complementar 123/2006)  
**Dia:** 14/06/2024.  
**Horário:** 9h (horário de Brasília/DF).  
**Endereço eletrônico:** <http://www.gov.br/compras> (Portal Compras.gov.br).  
**Código UASG:** 070012.

**Valor de Referência:** R\$ 2.850.000,92 (dois milhões oitocentos e cinquenta mil reais e noventa e dois centavos), definido mediante a previsão de RAV [Remuneração da(o) Agente de Viagem], por passagem emitida, fixada em R\$ 0,001 (vide item 9 do Termo de Referência).  
**Vigência da contratação:** 36 (trinta e seis) meses.  
**Critério de Julgamento:** MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.  
**Modo de Disputa:** ABERTO.  
**Programas de Trabalho:** 02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral; 02.061.0033.4269.0001/Pleitos Eleitorais.  
**Grupo de Natureza de Despesa:** Outras Despesas Correntes.  
**Data-limite para esclarecimento e impugnação:** 11/06/2024.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

- 1.1 Esta licitação tem por objeto a **contratação de serviços continuados de Agenciamento de Viagens, compreendendo assessoria, cotação, reserva, aquisição, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe**, conforme previsto no Plano de Contratações Anual (PCA 2024).
- 1.2 A licitação será realizada em item único.

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (E CORRESPONDENTES VEDAÇÕES)**

- 2.1 Do Credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf)**
- 2.1.1** Para participar do Pregão Eletrônico, a(o) licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema de Compras do Governo Federal (<http://www.gov.br/compras>).
- 2.1.1.1** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da(o) licitante ou de sua(eu) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.
- 2.1.2** O uso da senha de acesso ao Portal Compras.gov.br é de inteira e exclusiva responsabilidade da(o) licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por sua(eu) representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros pessoas.
- 2.1.3** A(O)s licitantes ou sua(eu)s representantes legais deverão estar previamente credenciada(o)s junto ao órgão provedor no **prazo mínimo de 3 (três) dias úteis** antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.
- 2.1.4** Não será admitido o consórcio de licitantes.
- 2.1.5** É de responsabilidade da(o) licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos referidos Sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo

identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.1.5.1** A não observância do disposto no item **2.1.5** poderá ensejar exclusão da(o) licitante no momento da habilitação.

**2.1.6** Orientações a respeito do acesso ao Portal Compras.gov.br e demais procedimentos detalhando sua operacionalização estão disponíveis no *Manual Operacional do Pregão Eletrônico - Visão Fornecedor* (<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/>).

## **2.2 Das Declarações**

**2.2.1 No ato de registro da proposta**, a(o) licitante assinalará “**sim**” ou “**não**”, em campo próprio do sistema eletrônico, referente a declarações firmadas nos seguintes termos:

**a)** Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do Ato Convocatório e dos seus Anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**b)** Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

**c)** Atendo aos requisitos de habilitação previstos no Instrumento Convocatório.

**d)** Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante.

**e)** Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**f)** Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**g)** Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

**h)** Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

**i)** Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

**j)** Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e que cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo apta(o) a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar (no caso de licitante enquadrada(o) como microempresa ou empresa de pequeno porte que deseje usufruir da preferência estabelecida nos aludidos regramentos).

**2.2.2** Em havendo outras declarações a serem prestadas, disponibilizadas pelo Sistema Comprasgov, estas também deverão ser preenchidas/assinaladas.

**2.2.3** Caso a(o) fornecedora(fornecedor) não formalize as declarações, poderá ser impedida(o) de enviar a proposta ou ser inabilitada(o), conforme aviso emitido pelo sistema.

**2.2.4** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a(o) licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**2.2.4.1 A falsa declaração relativa ao enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) pode configurar fraude à licitação e sujeitar a(o) licitante, AINDA QUE NÃO LOGRE PROVEITO, à declaração de inidoneidade para participar de certames da Administração Pública Federal ou daqueles em que haja utilização de recursos federais** ([Acórdão 2294/2022 - TCU - Plenário](#)).

**2.3 Da verificação de existência de sanção administrativa (penalidade) que impeça a participação no certame ou a futura contratação.**

**2.3.1** A verificação de eventual existência de sanção impeditiva será realizada pela(o) Pregoeira(o) logo após o encerramento da etapa competitiva (fase de lances), **de acordo com a ordem de classificação da(o)s licitante(s)**, por meio de consulta aos seguintes cadastros:

**a)** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf).

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

**c)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**d)** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:10614424770367::NO:3,4,6::>).

**2.3.1.1** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “**b**”, “**c**” e “**d**” do item **2.3.1** pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**2.3.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de sua(eu) sócia(o) majoritária(o), por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas à(ao) responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia(o) majoritária(o).**

**2.3.2** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor (Sicaf) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**2.3.3** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**2.3.4** A(O) licitante será convocada(o) para manifestação previamente à sua eventual desclassificação.

**2.4 Não poderão participar deste certame, conforme o caso:**

**2.4.1** Empresas cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão;

**2.4.2** Aquela(e) que não atenda às condições deste Ato Convocatório e de seu(s) Anexo(s);

**2.4.3** Autora(Autor) do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.4.4** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual



a(o) autora(autor) do projeto seja dirigente, gerente, controladora(controlador), acionista ou detentora(detentor) de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnica(o) ou subcontratada(o), quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele necessários;

**2.4.5** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.4.5.1** O impedimento de que trata o item **2.4.5** será também aplicado à(ao) licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da(o) licitante.

**2.4.6** Aquela(e) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente pública(o) que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheira(o) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.4.7** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

**2.4.8** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadora(e)s a condições análogas às de escrava(o) ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.4.9** Agente pública(o) do órgão ou entidade licitante;

**2.4.9.1** A vedação de que trata o item **2.4.9** estende-se a terceira pessoa que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializada(o), funcionária(o) ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.4.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.4.11** Direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato, agente pública(o) do órgão ou entidade Contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**2.4.12** Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.

**2.5** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, a(o) autora(autor) dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.4.3** e **2.4.4** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.6** Equiparam-se à(ao)s autora(e)s do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.7** O disposto nos itens **2.4.3** e **2.4.4** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da(o) Contratada(o) a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.8** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea, **nos termos da Lei nº 14.133/2021**.

### CLÁUSULA TERCEIRA DA VISTORIA / VISITA TÉCNICA

**3.1** Em razão da natureza do objeto, não há previsão de vistoria/visita técnica prévia.

### CLÁUSULA QUARTA DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**4.1** A(O) licitante deverá registrar proposta em conformidade à descrição do objeto ofertado, a partir de **29 de maio de 2024**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública (**14 de junho de 2024**), em campo específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**4.1.1** Até a abertura da sessão pública, a(o)s licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**4.1.1.1** A(O)s licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos, especificações e planilhas fornecidos, quando for o caso, para execução do serviço, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem ainda, transgressões a Normas Técnicas ou regulamentos, formular imediata comunicação ao TRE/SE, para fins de esclarecimento, no **prazo de até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

**4.1.2** O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias contado de sua recepção, contando-se para esse fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Ato Convocatório**.

**4.1.3** A(O)s licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do Sicaf, assegurado à(ao)s demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

**4.1.3.1** É dever da(o) licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data de recebimento das propostas.

**4.1.3.1.1** O descumprimento dessa obrigação implicará a inabilitação da(o) licitante, exceto nas hipóteses do art. 64 da Lei 14.133/2021 e se a consulta feita pela(o) Pregoeira(o) aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**4.1.4** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, da LC nº 123/2006.

**4.1.4.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação (Decreto 8.538/2015, art. 4º, § 2º, inciso I)**, prorrogável por igual período, a critério da(o) Pregoeira(o), para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de

certidão negativa.

**4.1.4.1.1** A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento, sendo facultado à(ao) Pregoeira(o) convocar a(o)s licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

## **4.2 A proposta deverá contemplar/observar:**

**4.2.1 Preços, em moeda corrente nacional**, observando-se as especificações indicadas nos Anexos a este Instrumento e inclusos os encargos ou as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

**4.2.1.1 A elaboração da proposta estará condicionada ao preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme modelo disponibilizado à(ao) licitante.**

**4.2.1.2** A(O) licitante deverá consignar, por ocasião da elaboração da proposta, o VALOR GLOBAL DO CONTRATO (36 meses), já considerados e inclusos todos os custos, diretos e indiretos (tributos, tarifas e demais despesas), incidentes sobre a execução, não cabendo qualquer alegação posterior de erro e/ou não consideração de tal ou qual ônus, mesmo que não explicitado na respectiva planilha de custos e formação de preços.

**4.2.1.3** Uma vez ofertado o valor global, será definida(o) a **Remuneração da(o) Agente de Viagem - RAV** ou o **Desconto da(o) Agente de Viagem - DAV**.

**4.2.1.3.1** A RAV [Remuneração da(o) Agente de Viagem], que remunera a emissão de cada passagem aérea, é estipulada caso o valor global seja superior ao valor total estimado para a aquisição de passagens aéreas (R\$ 2.850.000,00), limitado ao valor de referência (R\$ 2.850.000,92).

**4.2.1.3.2** Caso o valor global ofertado seja inferior a R\$ 2.850.000,00, será fixado o **DAV [Desconto da(o) Agente de Viagem]**, em substituição à RAV [Remuneração da(o) Agente de Viagem], que será subtraído do valor da tarifa (nas emissões) das passagens aéreas nacionais e internacionais.

**4.2.1.3.3** A RAV e o DAV incidem sobre o valor da tarifa, excluídas as taxas aeroportuárias.

**4.2.1.3.4** O cálculo do valor correspondente à RAV ou ao DAV adota a seguinte fórmula:

**RAV ou DAV= (VALOR GLOBAL – VEPA) ÷ NEPA, em que:**

**RAV** = Remuneração da(o) Agente de Viagem.

**DAV** = Desconto da(o) Agente de Viagem.

**VEPA** = Valor Estimado de Passagens Aéreas, neste caso, R\$ 2.850.000,00 conforme o Anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS.

**NEPA** = Número Estimado de Passagens Aéreas, neste caso, 915 passagens, conforme o Anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS.

**4.2.1.3.5** O parâmetro de preços para eventual desconto do agente de viagem (DAV) deverá ser o constante no sítio eletrônico das companhias aéreas, **para o público em geral**, ou em sistema da empresa contratada, **prevalecendo o de menor valor, inclusive quanto às tarifas promocionais**.

**4.2.1.3.5.1** Regras importantes para escolha de tarifa e que repercutem no faturamento mensal dos serviços:

a) A empresa contratada deverá comprovar que o valor escolhido é o menor valor obtido entre as opções descritas no item **4.2.1.3.5**, por meio de *print screen* dos sítios eletrônicos das Companhias Aéreas, contendo os preços unitários e respectivas taxas disponíveis ao público em geral, expressando os valores de ida e volta para o período definido pelo TRE/SE.

b) A escolha da tarifa deve privilegiar o menor preço, prevalecendo a tarifa em classe econômica, observado o disposto no art. 27-A, do Decreto 71.733/73.

c) O valor do bilhete emitido/remarcado pela contratada não poderá ser superior ao menor preço praticado pela companhia aérea para vendas efetuadas via internet ao público em geral, na data, trecho e horário escolhido. Para permitir o fiel cumprimento deste item, o fiscal do contrato, no momento da solicitação da passagem poderá acessar o sítio da empresa aérea escolhida e verificar o menor preço disponível.

d) Quando for verificado pela gestão do contrato que o bilhete aéreo foi emitido com valor acima do constante na solicitação, a diferença respectiva deverá ser ressarcida à Contratante, mediante desconto do referido valor, quando do pagamento da próxima fatura.

e) A Contratada repassará à Contratante todas as vantagens e tarifas-acordo que celebrar com as companhias aéreas.

**4.2.2** Especificações do objeto e prazos conforme previsto no Edital.

**4.2.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante dos Anexos a este Instrumento.**

**4.2.2.1.1** É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

**4.2.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.**

**4.3** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e de julgamento da proposta.

**4.4** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da(o) licitante melhor classificada(o) somente serão disponibilizados para avaliação da(o) Pregoeira(o) e para acesso público após o encerramento do envio de lances e em momento próprio.

**4.5 A(O) licitante será responsabilizada(o)** formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por sua(seu) representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiras pessoas.

**4.5.1 Será responsável, ainda**, pelo acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, suportando o ônus decorrente da perda de negócios, em razão da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

## **CLÁUSULA QUINTA**

### **DA CLASSIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)**

**5.1** A(O) Pregoeira(o), via sistema eletrônico, dará início à sessão pública, na data e no horário previstos neste Ato Convocatório, com a divulgação das propostas recebidas.

**5.1.1** A(O) Pregoeira(o) procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.

**5.1.2** A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos **do item**.

**5.2** Aberta a sessão pública, na fase de lances, a(o) licitante poderá encaminhá-los **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada(o) de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**5.2.1** O **modo de disputa será aberto** e os lances serão ofertados **pelo valor total do item**, considerando-se todo o período de vigência: 36 (trinta e seis) meses.

**5.2.2** A(O) licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

**5.2.3** A(O) licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela(e) ofertado e registrado no sistema eletrônico, **observado o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,01% (um centésimo por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**5.2.4** Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.

**5.2.5** A(O) Pregoeira(o) ou a Comissão de Contratação, quando a(o) substituir, poderá, durante a disputa, **como medida excepcional**, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, **mediante comunicação eletrônica automática via sistema**.

**5.3** Durante a sessão pública, a(o)s licitantes serão informada(o)s, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da(o) respectiva(o) proponente.

**5.4** A etapa de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico, quando houver lance ofertado **nos últimos 2 (dois) minutos** do período de duração desta etapa.

**5.4.1** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**5.4.2** Não havendo novos lances, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

**5.5** Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico, poderá a(o) Pregoeira(o) [ou a comissão de contratação, quando a(o) substituir], assessorada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, notadamente se a diferença entre a melhor proposta (lance) e aquela classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**.

**5.6** Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, inclusive na hipótese de não haver o envio de lances após o início da etapa competitiva.

## CLÁUSULA SEXTA

### DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

**6.1** Será adotado o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 e no Decreto 8.538/2015, conforme detalhado nesta cláusula.

**6.1.1** A obtenção de benefícios a que se refere esta cláusula fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, **no ano-calendário de realização da licitação**, ainda não tenham celebrado Contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir da(o) licitante declaração de observância desse limite na licitação.

**6.1.2** Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, **se esta for empresa de maior porte**, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

**6.1.2.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.1.2.2** A melhor classificada nos termos do item **6.1.2.1** terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.1.2.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocada(o)s a(o)s demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item **6.1.2.2**.

**6.2** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a(o) vencedora(vencedor) para o encaminhamento da oferta final do desempate.

**6.3** A(O) licitante convocada(o) que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, terá precluso o direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006**.

**6.4** Na hipótese de não incidência da preferência prevista nesta cláusula, o procedimento licitatório prossegue com a(o)s demais licitantes.

## CLÁUSULA SÉTIMA

### DA NEGOCIAÇÃO

**7.1** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a(o) Pregoeira(o) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à(ao) licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital ([Acórdão TCU 2.622/2021](#)-Plenário).



**7.1.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pela(o)s demais licitantes.

## **CLÁUSULA OITAVA**

### **DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)**

**8.1** A(O) licitante melhor classificada(o) deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma da **Planilha de Custos e Formação de Preços** constante como Anexo a este Instrumento, em arquivo único, no **prazo concedido pela(o) Pregoeira(o), que será de no mínimo 2 (duas) horas** contadas da convocação, prorrogável nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 (art. 29, § 2º).

**8.2** Na hipótese de a proposta ser apresentada com incorreções, a(o) Pregoeira(o) poderá conceder prazo à(ao) licitante, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa acolhida pela(o) Pregoeira(o), para que proceda aos devidos ajustes.

**8.3** Os erros de soma e/ou multiplicação e as divergências que porventura ocorram entre valor(es) unitário(s) e o(s) respectivo(s) valor(es) total(is) poderão ser corrigidos pela(o) Pregoeira(o), prevalecendo o(s) valor(es) unitário(s) apresentado(s).

**8.4 Será desclassificada(o) a(o) licitante que não corrigir a proposta, não demonstrar a correspondente exequibilidade ou não justificar eventuais falhas apontadas pela(o) Pregoeira(o):**

**8.4.1 Não será aceita a proposta que:**

**8.4.1.1** Contiver vícios insanáveis.

**8.4.1.2** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital.

**8.4.1.3** Registrar preço acima do orçamento estimado para a contratação (valor de referência).

**8.4.1.4** Apresentar preços unitários superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do Termo de Referência Anexo a este Instrumento, quando couber.

**8.4.1.5** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração.

**8.4.1.5.1 É indício de inexecuibilidade da proposta (lance) preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de referência adotado pelo TRE/SE para o certame.**

**8.4.1.5.2** A(O) Pregoeira(o), ao analisar a proposta apresentada, poderá facultar à(ao) licitante a oportunidade de demonstrar a respectiva exequibilidade ([Súmula TCU 262](#)).

**8.5** A(O) licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada(o) e estará sujeita(o) às sanções previstas neste Instrumento.

**8.6** Se a proposta não for aceitável, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

## **CLÁUSULA NONA**

### **DA ETAPA DE HABILITAÇÃO**

**9.1** A habilitação da(o)s licitantes provisoriamente classificada(o)s em 1º (primeiro) lugar será julgada com base nos documentos encaminhados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, após a aceitação da proposta.

**9.2** Para as **habilitações fiscal, social e trabalhista**, serão exigidos:

**9.2.1** Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

**9.2.2** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da(o) licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**9.2.3** Regularidade perante a Fazenda federal e a Fazenda estadual/distrital e/ou municipal do domicílio ou sede da(o) licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.2.4** Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**9.2.5** Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

**9.2.6** O cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

**9.3** Para fins de **habilitação econômico-financeira**, a(o) licitante deve apresentar certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da(o) licitante (art. 69, II, da Lei nº 14.133/2021).

**9.4** Para fins de **habilitação técnica**, será exigida:

**9.4.1** A apresentação de 01 (um) ou mais atestados e/ou declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a(o) licitante executou Contrato(s) contemplando os serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo reserva, emissão, cancelamento e remarcação de passagens aéreas, **pelo período mínimo de doze (12) meses**, considerando-se para tanto a data de abertura da sessão pública deste Pregão.

**9.4.1.1** Para fins de cumprimento da exigência prevista no item **9.4.1**, é possível que o atestado ou a declaração de capacidade técnica faça referência a Contrato vigente, ou seja, que esteja no curso de sua execução, desde que atendido o requisito temporal: execução mínima de doze (12) meses.

**9.4.1.2** Os atestados devem ser emitidos em papel timbrado da pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo no mínimo: nome, cargo, e-mail, telefone do responsável que assina o documento; nome comercial, CNPJ, endereço da pessoa jurídica de direito público ou privado; devem, ainda, indicar o período e local em que se deu a prestação do serviço, cuja experiência está sendo atestada.

**9.4.1.3** Não serão considerados os atestados/declarações emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a(o) licitante.

**9.4.1.3.1** Considera(m)-se pertencente(s) ao mesmo grupo empresarial a(s) empresa(s) controlada(s) pela empresa proponente ou sua(s) controladora(s), ou que tenha(m) pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica sócia da empresa emitente do documento previsto no item **9.4.1**.

**9.4.1.4** A(O)s licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

**9.4.2** O correspondente registro no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), órgão subordinado ao Ministério do Turismo - Mtur, mediante a apresentação de certificado para o seu regular funcionamento, conforme previsto no art. 22 da Lei 11.771/2008, e no artigo 18 do Decreto 7.381/2010.

**9.4.2.1** O cadastro dos prestadores de serviços turísticos dispostos no [art. 21 da Lei nº 11.771, de 2008](#) deverá ser compatível com a atividade principal ou secundária constante da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, fornecida pela Comissão Nacional de Classificação - CONCLA, criada pelo Decreto nº 1.264, de 11 de outubro de 1994.

**9.4.3** Ato de registro perante a Internacional Air Transport Association (IATA).

**9.4.3.1** Na hipótese de a(o) Contratada(o) não dispor do registro perante a IATA, poderá apresentar declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, obtida no site [www.anac.gov.br](http://www.anac.gov.br), traduzidas por tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que a(o) Contratada(o) é possuidora(possuidor) de crédito direto e está autorizada(o) a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do Contrato.

**9.5** Se a(o) licitante provisoriamente classificada(o) em 1º (primeiro) lugar não for habilitada(o), a(o) Pregoeira(o) procederá conforme o item **8.6**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA DA ETAPA RECURSAL**

**10.1** À(Ao) licitante é possível recorrer no prazo de **3 (três) dias úteis** contado da data de intimação ou de lavratura do Relatório de Julgamento (Ata):

**10.1.1** Do julgamento das propostas.

**10.1.2** Do ato de habilitação ou inabilitação.

**10.1.3** Da anulação ou revogação da licitação.

**10.2** Dispondo o recurso sobre o *julgamento das propostas* ou sobre o *ato de habilitação ou inabilitação de licitante*, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

**10.2.1** O prazo para manifestar intenção de recurso será configurado pela(o) Pregoeira(o) no curso da sessão pública, respeitando-se o mínimo de 10 (dez) minutos (mínimo definido pelo próprio sistema).

**10.2.1** Na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo para apresentação das **razões recursais (3 dias úteis)** será iniciado na data de lavratura do Relatório de Julgamento (Ata).

**10.2.2** A apresentação do recurso se dará em **fase única**.

**10.3** O recurso deverá ser encaminhado em campo próprio do sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>) e dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados do recebimento dos autos.

**10.4** O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.

**10.5** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.6** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**10.7** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**10.8** Será assegurado à(ao) licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

**11.1** Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e exaurido(s) o(s) recurso(s) administrativo(s) [quando existente(s)], o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

**11.1.1** Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**11.1.2** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.

**11.1.3** Revogar a licitação por motivo de conveniência e de oportunidade.

**11.1.3.1** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**11.1.4** Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros pessoas, sempre que presente ilegalidade insanável.

**11.1.4.1** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**11.1.4.2** Nos casos de anulação e de revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação da(o)s interessada(o)s.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**



**12.1** Homologado o resultado deste Pregão Eletrônico, a(o) licitante vencedora(vencedor) será convocada(o) para assinatura do Contrato, dentro do **prazo de 2 (dois) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**12.1.1** Poderá ser acrescentada, ao Contrato a ser assinado, qualquer vantagem apresentada pela(o) licitante vencedora(vencedor) em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

**12.2** O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela(o) licitante vencedora(vencedor) durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE/SE.

**12.3** Por ocasião da assinatura do Contrato, verificar-se-á, por meio do Sicaf e de outros meios, se a(o) licitante vencedora(vencedor) mantém as condições de habilitação.

**12.4** Quando a(o) licitante convocada(o) não assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada(o) outra(o) licitante para assiná-lo após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

**12.4.1** A recusa injustificada da(o) adjudicatária(o) em assinar o Contrato no prazo estabelecido nesta cláusula caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a(o) sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas neste Instrumento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** **DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**13.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar Edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente** por meio do endereço eletrônico [licitacoes@tre-se.jus.br](mailto:licitacoes@tre-se.jus.br).

**13.1.1** O pedido de esclarecimento ou de impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia **será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte**, no TRE/SE, cujo horário de funcionamento é das **07:00h às 13:00h**.

**13.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no **prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e **vinculará a(o)s participantes e a Administração**.

**13.2.1** O pedido de esclarecimento ou de impugnação e sua resposta estarão disponíveis no Portal Compras.gov.br e no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/licitacoes> (pesquisar pelo ano e pelo número da licitação).

**13.2.2** A resposta da(o) Pregoeira(o), quando necessário, será embasada em pronunciamento prévio da Equipe de Planejamento da Contratação.

**13.3** As impugnações e os pedidos de esclarecimento **não possuem efeito suspensivo**, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.

**13.4** Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, a Administração poderá reavaliar o procedimento de contratação e, se for o caso, designar nova data para a realização do certame.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** (penalidades em sede de processo licitatório)

**14.1** À(Ao) **licitante** que, convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, poderá ser aplicada a penalidade de:

**14.1.1 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no Sicaf:**

**14.1.1.1 Por até 2 (dois) meses**, quando deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

**14.1.1.2 Por até 4 (quatro) meses:**

**a)** Quando ensejar o retardamento da execução do certame.

**a.1)** O retardamento na execução do certame referido é qualquer ação ou omissão da(o) licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.

**b)** Quando não mantiver a proposta.

**b.1)** A não manutenção da proposta verifica-se pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido da(o) licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou de falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

**14.1.1.3 Por até 12 (doze) meses**, quando recusar-se a assinar/receber o respectivo Instrumento Contratual (nota de empenho ou Contrato).

**14.1.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**:

**14.1.2.1** Quando apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**14.1.2.2** Quando fraudar a licitação.

**14.1.2.3** Quando se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a licitação.

**14.1.2.4** Quando praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**14.1.2.5** Quando praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

**14.2** Quando a ação ou omissão da(o) licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

**14.3** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**14.4** Para aplicação das sanções previstas, deve ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta

de 2 (duas/dois) ou mais servidora(s) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a(o) licitante para, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**14.4.1 A intimação da(o) licitante se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento).**

**14.5** A competência para aplicação da penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

**14.6** A competência para a **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** é da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo Pedido de Reconsideração no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contado do seu recebimento.

**14.7 A intimação da(o) licitante acerca da decisão de penalidade, inclusive em sede de Recurso e de Pedido de Reconsideração, será efetivada mediante publicação de Aviso no Diário Oficial da União (DOU) e encaminhamento da íntegra da decisão por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento).**

**14.8 Na hipótese de eventual instauração de processo administrativo sancionatório, a respectiva instrução processual competirá:**

**14.8.1** À Seção de Licitações (SELIC), nas hipóteses de atos infracionais praticados no curso da licitação.

**14.8.2** À Seção de Contratos (SECON), nas hipóteses de atos infracionais praticados após a adjudicação do objeto.

**14.9** Infrações verificadas no decorrer da vigência contratual encontram-se disciplinadas no Termo de Referência anexo a este Instrumento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO FORO**

**15.1** As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1 É facultada à(ao) licitante a complementação referente a documento ausente, comprobatório de condição atendida quando da apresentação de sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, atestando condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela(o) Pregoeira(o) (Acórdãos TCU Plenário [1.211/2021](#) e [966/2022](#)).**

**16.1.1** O encaminhamento da documentação complementar deve observar o prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), que será de **no mínimo 2 (duas) horas**, podendo ser prorrogado, desde que acolhida a justificativa da(o) licitante, se não for possível o saneamento por meio de consulta a sítios oficiais disponíveis na Internet.

**16.2** No julgamento das propostas e da habilitação, a(o) Pregoeira(o) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em relatório de julgamento (ata) e acessível à(ao)s licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/99.

**16.3** Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de erros/falhas ou comprovação da veracidade das informações prestadas, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>) com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

**16.4** Em caso de desconexão da(o) Pregoeira(o) nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>) poderá permanecer acessível à(ao)s licitantes, retornando a(o) Pregoeira(o) quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

**16.4.1** Verificada a desconexão por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada após decorridas, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas**, após a comunicação do fato à(ao)s participantes no sítio eletrônico utilizado para a divulgação (<http://www.gov.br/compras>).

**16.5 Poderá a(o) Pregoeira(o), na hipótese de ato administrativo equivocado, invocar o Poder-Dever pertinente à Administração Pública, para rever, justificadamente, quaisquer atos praticados durante as etapas de julgamento da(s) proposta(s), de habilitação ou recursal da sessão pública do certame.**

**16.6** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE/SE, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**16.7** Os horários estabelecidos no Edital de Licitação, no Aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**16.8** A sessão pública do certame poderá ocorrer no período das 9h às 18h, em dias de expediente no TRE/SE.

**16.8.1** Se a sessão pública, iniciada no período da manhã, se prolongar durante o período vespertino - ou seja, para além das 13 (treze) horas -, poderá haver concessão de intervalo mínimo de 1 (uma) hora, para repouso e alimentação, a critério da(o) Pregoeira(o).

**16.8.2** As atividades de suspensão e de reabertura da sessão pública são exclusivas da(o) Pregoeira(o), cabendo à(ao) licitante o acompanhamento dos registros no *chat* do sistema informatizado.

**16.9** As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, da Gestão/Fiscalização da Contratação, da(s) forma(s) de pagamento, do reajustamento de preço, da garantia à execução da contratação e das penalidades em sede de execução contratual constam do Termo de Referência e/ou da Minuta de Contrato, que integram o rol de Anexos deste Instrumento.

**16.10** Informações sobre o Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694/8717, durante o horário de expediente (07:00 às 13:00 horas), ou pelo endereço eletrônico [licitacoes@tre-se.jus.br](mailto:licitacoes@tre-se.jus.br).

**16.11** Integram este Ato Convocatório os seguintes anexos:

**16.11.1** Anexo I - Termo de Referência.

### 16.11.2 Anexo II - Especificações Técnicas dos Serviços (ETS).

### 16.11.3 Anexo III - Instrumento de Medição de Resultado.

### 16.11.3.1 Anexo III-A - Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços.

### 16.11.3.2 Anexo III-B - Formulário de Formação de Valor para Emissão de Nota Fiscal.

#### 16.11.4 Anexo IV - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços.

**16.11.5 Anexo V - Declaração de Ciência (Termos e Condições do Edital).**

#### 16.11.6 Anexo VI - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.

### 16.11.7 Anexo VII - Termo de Ciência.

**16.11.8 Anexo VIII - Minuta do Contrato.**

**16.12** Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e a legislação informada no preâmbulo deste Ato Convocatório.

**16.13** O Estudo Técnico Preliminar (ETP) correspondente a esta contratação encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2024/pregoes-2024-1> (pesquisar pelo ano e pelo número do Pregão).

## ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

I - DADOS DO PROCESSO	
<b>Processo:</b>	0001805-05.2024.6.25.8000
<b>Objeto:</b>	Prestação de Serviços Continuados de Agenciamento de Viagens (assessoria, cotação, reserva, aquisição, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais).
<b>Unidade Solicitante:</b>	SGP.
<b>Unidade(s) Demandante(s):</b>	ASPLAN-SGP.
<b>Equipe de Planejamento da Contratação (EPC):</b>	
Integrante Demandante: Débora Maria Barbosa do Nascimento.	Unidade: ASPLAN-SGP.
Integrante Técnico: Ruth Cristina Machado Coelho da Silveira.	Unidade: ASPLAN-SGP.
Integrante Administrativo: Walkeline Fraga Dias e, na sua ausência, Valéria Maria dos Santos.	Unidade: ASTEC; ASPLAN-SAO.
<b>Estudo Técnico Preliminar</b>	Disponível em <a href="https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/licitacoes">https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/licitacoes</a> (pesquisar pelo ano e pelo número da licitação).

<b>II - SUMÁRIO DO TERMO DE REFERÊNCIA</b>		<b>Lei 14.133/2021</b>
<b>1. OBJETO</b>		
1.1 DESCRIÇÃO RESUMIDA		art. 6º, XXIII, a
1.2 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO		
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</b>		
2.1 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DO OBJETO		art. 6º, XXIII, b
2.2 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO		
<b>3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO</b>		art. 6º, XXIII, c
<b>4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</b>		art. 6º, XXIII, d
4.1 CONSIDERAÇÃO GERAL		
4.2 SUSTENTABILIDADE		
4.3 SUBCONTRATAÇÃO		
4.4 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO		
4.5 TRANSIÇÃO CONTRATUAL		



II - SUMÁRIO DO TERMO DE REFERÊNCIA	Lei 14.133/2021
4.6 VISTORIA PRÉVIA 4.7 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS 4.8 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO 5.1 DINÂMICA DE EXECUÇÃO DO OBJETO 5.2 DURAÇÃO DO CONTRATO 5.3 OBRIGAÇÕES DO TRE/SE E SUAS VEDAÇÕES 5.4 OBRIGAÇÕES DA(O) CONTRATADA(O) E SUAS VEDAÇÕES 5.5 TREINAMENTO	art. 6º, XXIII, e
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO 6.1 CONDIÇÕES GERAIS 6.2 FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO 6.3 RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO 6.4 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO 6.5 REAJUSTE CONTRATUAL 6.6 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS À CONTRATAÇÃO 6.7 SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO 6.8 EXTINÇÃO DO CONTRATO	art. 6º, XXIII, f
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO 7.1 MEDIÇÃO 7.2 LIQUIDAÇÃO 7.3 PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO 7.4 ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO 7.5 CESSÃO DE CRÉDITO	art. 6º, XXIII, g
8. REGRAS DE SELEÇÃO DA(O) FORNECEDORA(FORNECEDOR) 8.1 FORMA DE SELEÇÃO DO CONTRATADO 8.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO 8.3 REQUISITOS DA PROPOSTA COMERCIAL 8.4 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS 8.5 REQUISITOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO	art. 6º, XXIII, h
9. ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO	art. 6º, XXIII, i
10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	art. 6º, XXIII, j
11. DISPOSIÇÕES GERAIS	
12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	

**1. DO OBJETO**

1.1 DESCRIÇÃO RESUMIDA

1.1.1 O objeto deste Termo de Referência constitui-se na especificação completa e na definição de requisitos e parâmetros para a **contratação de serviços continuados de Agenciamento de Viagens, compreendendo assessoria, cotação, reserva, aquisição, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Instrumento e nos demais anexos que compõem o Edital.**

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	UNID.	QUANT.	VIGÊNCIA	VALOR DE REFERÊNCIA
1	3719	Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens	Contratação de empresa especializada em serviços continuados de Agenciamento de Viagens, compreendendo assessoria, cotação, reserva, aquisição, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso	Serviço	1	36 meses	R\$ 2.850.000,92

			de passagens aéreas nacionais e internacionais.			
<div>OBSERVAÇÕES</div> <div><ul style="list-style-type: none"><li>O valor de referência foi definido adotando-se como parâmetro, por passagem emitida, RAV [Remuneração da(o) Agente de Viagem] de R\$ 0,001 (vide itens <b>8.3</b>, <b>8.4</b> e <b>9</b> deste documento).</li><li>O valor estimado para a contratação servirá apenas como subsídio à(ao)s licitantes para formulação das propostas e para a apresentação dos lances, não constituindo qualquer compromisso futuro, uma vez que fornecimento das passagens aéreas ocorrerá mediante requisição e conforme as necessidades deste Tribunal (item <b>9.3</b>).</li></ul></div>						

1.1.2 A contratação do serviço adotará como regime de execução a EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei 14.133/2021.

1.1.3 O prazo de vigência da contratação é de **36 (trinta e seis) meses** contados da data indicada na assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

1.2 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.2.1 O escopo da contratação envolve a prestação de serviço de natureza continuada, por intermédio de operadora ou agência de viagens, para assessoria, cotação, reserva, aquisição, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais e serviços correlatos, por meio de atendimento remoto (sistema de autoagendamento, e-mail e telefone), devendo observar os requisitos da legislação vigente, as normas internas do TRE/SE e as regras previstas no Ato Convocatório e em seus Anexos.

1.2.2 A(O) CONTRATADA(O) deverá observar as seguintes diretrizes gerais:

a. garantir a integral prestação do serviço previsto na contratação, bem como disponibilizar informações/documentos para viabilizar a avaliação periódica da qualidade do serviço prestado, quando solicitado;

b. responsabilizar-se pelo cumprimento integral, irrestrito e tempestivo de todas as obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e financeiras decorrentes da contratação;

c. executar todas as demais obrigações previstas na contratação.

1.2.3 Todas as especificações relativas à prestação do serviço, rotinas, procedimentos, atividades, controles e condições de execução, como também documentos que deverão ser eventualmente fornecidos e mantidos durante todo o período de execução do Contrato, constam do Anexo **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS**.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

2.1.1 O TRE/SE apresenta uma demanda expressiva de deslocamentos para destinos nacionais, tendo em vista a participação de magistrada(o)s, servidora(e)s e colaboradora(e)s em solenidades, eventos de capacitação, encontros e reuniões de trabalho.

2.1.2 O art. 1º da Resolução TSE n.º 23.323, de 19/08/2010, alterada pela Resolução TSE n.º 23.534, de 05/12/2017, dispõe em seu art. 1º que "*o magistrado ou servidor da Justiça Eleitoral que se afastar, a serviço, da jurisdição ou da sede para outro ponto do território nacional ou para o exterior, em caráter eventual ou transitório, fará jus a passagens e diárias(...).*" A normatização da matéria prevê, assim, que o intercâmbio de experiências, conhecimentos e a própria relação institucional com outros órgãos públicos justificam e fundamentam o deslocamento aéreo de servidora(e)s, magistrada(o)s e colaboradora(e)s para outras localidades, sempre com a finalidade de bem atender ao interesse público.

2.1.3 Nos deslocamentos para dentro do estado conta-se com a frota de veículos deste Regional ou com o transporte rodoviário; contudo, a maioria dos deslocamentos envolve outros estados da federação e, por razões de segurança e conforto da(o) beneficiária(o), o órgão fornece o transporte aéreo.

2.1.4 Sendo assim, a solução que vem sendo praticada por esta Corte é a contratação de uma Agência ou Operadora de viagens devidamente habilitada para fornecer as passagens, que são adquiridas pela(o) CONTRATADA(O) junto a companhias aéreas. A contratação de uma(um) fornecedora(fornecedor) de passagens aéreas atende às necessidades deste Regional, na medida em que viabiliza uma gestão profissional, célere e financeiramente vantajosa dos serviços de assessoria, cotação, reserva, aquisição, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de bilhetes aéreos.

2.1.5 Assim como os demais órgãos que compõem o Poder Judiciário, este Regional vem recebendo um número significativo de novas demandas, oriundas na sua maior parte do Conselho Nacional de Justiça. A estrutura organizacional cresceu, novas unidades administrativas foram criadas, a exemplo de Núcleos e Assessorias, não deixando para trás os inúmeros Comitês e Comissões. Esse "crescimento" veio acompanhado de novos eventos fora do Estado, alguns de cunho obrigatório e com a participação de mais de uma(um) servidora(servidor) e também magistrada(o)s. Acrescentem-se a isso, a emissão, em 2023, das primeiras passagens aéreas internacionais na história do TRE/SE e ainda outras questões administrativas, a exemplo de cancelamentos de eventos com bilhetes já emitidos, cancelamento de voos pelas companhias aéreas e o aumento considerável de tarifas após a pandemia.

2.1.6 No período de renovação contratual, já é de praxe a Gestão da Contratação realizar consulta a todas as unidades do TRE acerca da programação de eventos que impliquem deslocamento para fora do estado e do correspondente quantitativo de participantes. Entretanto, verifica-se que essa estratégia não é a ideal para estimar o valor do Contrato, uma vez que, no exercício de 2023, houve um desequilíbrio contratual até então inexistente, causado pelos motivos acima expostos, a ponto de ser preciso celebrar contrato emergencial pelo prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados de 14/9/23, para suprir os deslocamentos programados e não programados e para viabilizar a realização de novo processo licitatório.

OBJETO	CONTRATO VIGENTE

AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS JUNTO À COMPANHIA CREDENCIADA.	Origem: Pregão Eletrônico (SEI 0016848-16.2023.6.25.8000) Contrato 1/2024 - C. B. DE OLIVEIRA, CNPJ (MF) sob nº 05.437.528/0001-46 Vigência: 28/02/2024 a 27/02/2027 Quantidade estimada: 915 passagens aéreas (trecho de ida + volta) Valor total do contrato: R\$ 1.875.525,00 (SEI 0000418-52.2024.6.25.8000)
--	--

2.1.7 O serviço de agenciamento de passagens aéreas é de natureza contínua (art. 6º, inciso XV, da Lei 14.133/2021), uma vez que são considerados serviços contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas. O serviço é contínuo na medida em que se presta para satisfazer uma necessidade permanente do órgão, cujo atendimento se prolonga no tempo, hipótese em que se enquadra o deslocamento aéreo de agentes públicos.

2.1.8 A contratação possui ainda caráter de essencialidade, pois eventual paralisação contratual pode implicar prejuízo às atividades administrativas, e caráter de habitualidade, pois a emissão de passagens aéreas ocorre de forma rotineira, fazendo-se necessária a contratação de empresa interposta de modo permanente.

2.1.9 O TRE/SE celebrou o Contrato 1/2024 com a empresa C. B. DE OLIVEIRA, CNPJ (MF) sob nº 05.437.528/0001-46, com prazo de 36 (trinta e seis ) meses e início de vigência em 28/2/2024, mas alguns itens vêm sendo descumpridos, justificando a abertura da fase interna de novo processo licitatório conforme autorizado no Despacho 4081/24- DG.

2.1.10 Por fim, a interrupção do serviço de Agenciamento de Viagens pode comprometer a continuidade de atividades essenciais, pelo que se propõe que o Contrato tenha vigência de 36 (trinta e seis) meses, com possibilidade de prorrogação, conforme prevêm os artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021, e assim, otimiza-se o processo de contratação, evitando-se prorrogações anuais que movimentam as áreas administrativa e jurídica.

2.1.11 O serviço objeto da presente contratação caracteriza-se como de natureza COMUM (art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021), tendo em vista que é oferecido por diversa(o)s fornecedora(e)s e é facilmente comparável, de modo a permitir a decisão de contratação com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

2.2 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.2.1 O alinhamento da contratação com o Planejamento Estratégico do órgão é essencial para o alcance de resultados efetivos para a organização, bem como para a entrega de resultados à sociedade. Essa visão consagra a logística como um aliado da organização, uma vez que não há como cingir o alcance da missão institucional e a implementação de políticas públicas sem uma logística adequada e estruturada que lhe dê suporte.

2.2.2 Esta contratação está integrada ao [Planejamento Estratégico 2021/2026 do TRE/SE](#) e, conforme análise de cenários prevista na [Resolução TRE/SE 5/2021](#), guarda relação com os seguintes Macrodesafios, conforme indicado no Documento de Oficialização da Demanda:

a) Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, incluído na Perspectiva Aprendizado e Crescimento. A análise de cenários caracteriza como força o fato de o TRE/SE possuir disponibilidade orçamentária satisfatória. Implantação da ferramenta de BI na Gestão Orçamentária e Financeira demandará deslocamentos.

b) Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de pessoas, ainda na Perspectiva Aprendizado e Crescimento. Para atender o índice de capacitação de servidora(e)s e cumprir o PAC - Plano Anual de Capacitação, e para realização de algumas Ações de Qualidade de Vida no Trabalho é necessário o deslocamento de servidora(e)s para outros estados e trazer instrutora(e)s e palestrantes de fora do Estado.

c) Macrodesafio Fortalecimento da Relação Institucional da Justiça Eleitoral com a Sociedade, incluído na Perspectiva Sociedade. Para atender aos eventos fora do estado vinculados ao planejamento e à realização das Eleições.

2.2.3 Outrossim, a realização de procedimento de contratação encontra-se prevista no Planejamento das Contratações do exercício.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição detalhada da solução que atenderá a demanda, bem como o quantitativo previsto para a contratação do serviço constam do Anexo **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS**, integrante do Edital.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 CONSIDERAÇÃO GERAL

4.1.1 O serviço será prestado por empresa especializada no ramo, em conformidade com a legislação vigente e com padrões exigidos neste Instrumento e nos demais Anexos que compõem o Edital.

4.2 SUSTENTABILIDADE

4.2.1 Os critérios de sustentabilidade ambiental que devem ser atendidos no decorrer da prestação do serviço estão indicados no Anexo **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS**.

4.2.2 Os critérios de sustentabilidade ambiental previstos nesta contratação respeitam os princípios da legalidade e da isonomia entre a(o)s licitantes e não restringem a competição.

4.3 SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, haja vista que o mercado dispõe de diversas empresas aptas a executar integralmente o objeto a ser licitado.

4.3.2 Não será admitida a transferência total a terceiras pessoas, a qualquer título, da execução do serviço objeto da contratação.



#### 4.4 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4.1 Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

#### 4.5 TRANSIÇÃO CONTRATUAL

4.5.1 Não existe a necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

#### 4.6 VISTORIA PRÉVIA

4.6.1 Em razão da natureza do objeto, não há aplicabilidade de vistoria prévia.

#### 4.7 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

4.7.1 Não é admitida a participação de cooperativas neste certame, com amparo no art. 10 da IN SLTI/MPOG 5/2017.

#### 4.8 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.8.1 Não é admitida a participação de consórcios no certame, visto que, no presente caso, é incompatível com a natureza do objeto.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

#### 5.1 DINÂMICA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.1 A execução do objeto desta contratação deve atender o detalhamento indicado no Anexo **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS**.

#### 5.2 DURAÇÃO DO CONTRATO

5.2.1 A contratação será firmada inicialmente com o prazo de vigência de **36 (trinta e seis) meses**, conforme informações constantes do Estudo Técnico Preliminar e consoante o permissivo do [art. 106](#) da Lei 14.133/2021.

5.2.2 O Contrato poderá ser prorrogado, limitada a vigência ao total de 10 (dez) anos, mediante formalização de TERMO ADITIVO, desde que sejam observados os requisitos/condições estabelecidos no [art. 107](#) da Lei 14.133/2021.

**5.2.2.1 As condições e regras atinentes à prorrogação do prazo de contratação estão detalhadas no Instrumento Contratual.**

5.2.3 O Termo de Contrato **poderá** ser assinado com previsão de início de vigência futura a partir da emissão de ordem de serviço e efetiva prestação dos serviços, objetivando permitir uma adequada transição contratual.

#### 5.3 OBRIGAÇÕES DO TRE/SE E SUAS VEDAÇÕES

##### 5.3.1 Obrigações do TRE/SE

5.3.1.1 Emitir Nota de Empenho.

5.3.1.2 Proporcionar à(ao) CONTRATADA(O) as condições indispensáveis à(ao) execução/fornecimento do objeto deste Instrumento.

5.3.1.3 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela(o) representante ou Preposta(o) da(o) CONTRATADA(O).

5.3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, em todas as suas fases, a fim de que sejam plenamente cumpridas as especificações do objeto pactuado.

5.3.1.5 Receber e conferir os serviços em conformidade aos prazos fixados neste Instrumento, verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, rejeitando, no todo ou em parte, se houver irregularidades.

5.3.1.6 Efetuar os pagamentos à(ao) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas.

5.3.1.7 Comunicar formalmente à(ao) CONTRATADA(O) quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), para que o objeto seja por ela(e) substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

5.3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste (art. 123 da Lei 14.133/2021).

5.3.1.8.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de **1 (um) mês** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

5.3.1.9 Notificar a(o)s emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de eventual processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º da Lei 14.133/2021).

5.3.1.10 O TRE/SE se compromete a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do Aviso de Dispensa Eletrônica/instrumento contratual.

5.3.1.10.1 O TRE/SE declara que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

##### 5.3.2 Vedação aplicáveis ao TRE/SE:

5.3.2.1 Praticar atos de ingerência na administração da(o) CONTRATADA(O).

#### 5.4 OBRIGAÇÕES DA(O) CONTRATADA(O) E SUAS VEDAÇÕES

5.4.1 A(O) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O), além do cumprimento de condições previstas no Anexo **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS** e em outras cláusulas/itens deste Instrumento e dos demais documentos que compõem o Edital, deve atender às obrigações previstas na fase pré-contratual e às obrigações gerais e específicas indicadas nesta cláusula.

##### 5.4.1.1 Durante a fase pré-contratual, a empresa ADJUDICATÁRIA obriga-se a:

5.4.1.1.1 Indicar a garantia contratual, caso exigida no certame, consoante os termos e condições fixados neste Instrumento e no Termo de Contrato.

5.4.1.1.2 Comprovar a manutenção das condições de habilitação informadas por ocasião do certame licitatório, particularmente em relação à regularidade fiscal federal e trabalhista, bem como da inexistência de obstáculos ao direito de contratar com a Administração Pública.

5.4.1.1.3 Comprovar o atendimento das seguintes condições:

5.4.1.1.3.1 Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.

5.4.1.1.3.1.1 O Cadastro de Empregadora(e)s previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4/2016 está disponível para consulta no sítio institucional do Ministério do Trabalho e Emprego na rede mundial de computadores, conforme prevê o art. 225 da [Portaria MTP 671/2021](#) ([https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro\\_de\\_empregadores.pdf](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf)).

5.4.1.1.3.2 Não ter sido condenada(o), a(o) licitante vencedora(vencedor) ou sua(eu)s dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do [Decreto 5.017/2004](#) (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT [C029 - Trabalho Forçado ou Obrigatório](#) e [C105 - Abolição do Trabalho Forçado](#).

5.4.1.1.3.2.1 A condição prevista neste item será comprovada por meio de declaração firmada por representante legal da(o) CONTRATADA(O), sendo que a declaração falsa sujeitará a empresa às sanções previstas em lei e neste Instrumento.

5.4.1.1.4 Indicar os dados pessoais da(o) representante que será responsável pela assinatura do Termo de Contrato, inclusive com a comprovação dos poderes legais necessários para tanto, bem como realizar o cadastro no sistema processual (SEI) para fins de assinatura do Termo de Contrato.

5.4.1.1.4.1 A(O)(s) representante(s) da empresa vencedora deverá(ão) realizar cadastro para acesso ao SEI para fins de assinatura digital, conforme procedimentos repassados pela Seção de Contratos (SECON).

5.4.1.1.5 Indicar os dados pessoais e contatos comerciais de agente responsável por sua representação legal.

5.4.1.1.6 Apresentar os demais documentos e informações necessários e suficientes à assinatura do respectivo Termo de Contrato.

5.4.1.1.7 Receber Nota de Empenho e assinar o respectivo Termo de Contrato.

##### 5.4.1.2 Firmada a contratação, a(o) CONTRATADA(O) deve atender as seguintes obrigações:

###### 5.4.1.2.1 Obrigações gerais:

5.4.1.2.1.1 Executar os serviços rigorosamente de acordo com este Instrumento, com as normas e especificações técnicas e com as diretrizes indicadas pela(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE.

5.4.1.2.1.2 Indicar, no prazo de assinatura do Contrato [2 (dois) dias úteis], Preposta(o) para representá-la(o) na execução do objeto contratual, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, reservando-se ao TRE/SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição (em igual prazo), caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante.

5.4.1.2.1.3 Arcar com a responsabilidade decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da(o) CONTRATADA(O), independentemente da ação de fiscalização do Tribunal.

5.4.1.2.1.4 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação.

5.4.1.2.1.5 Responsabilizar-se no sentido de cumprir o que determina a legislação de âmbito federal, estadual e municipal, pertinente ao objeto contratado.

5.4.1.2.1.6 Cumprir tempestiva e integralmente as determinações da GESTÃO/FISCALIZAÇÃO da Contratação.

5.4.1.2.1.7 Paralisar, por determinação do TRE/SE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança ou bens de terceiros pessoas.

5.4.1.2.1.8 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência e os demais Anexos do Edital, no prazo determinado.

5.4.1.2.1.9 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à(ao)s agentes de fiscalização TRE/SE qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.

5.4.1.2.1.9.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item **5.4.1.2.1.9** transferirá à(ao) CONTRATADA(O) todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

5.4.1.2.1.10 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

5.4.1.2.1.10.1 Os esclarecimentos solicitados pela(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE deverão ser prestados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Pode ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

5.4.1.2.1.11 Comunicar à(ao)s agentes de fiscalização do TRE/SE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente de que tenha conhecimento e que estejam relacionados à prestação dos serviços.

5.4.1.2.1.12 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

5.4.1.2.1.13 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao TRE/SE devendo ressarcir imediatamente em sua integralidade, podendo este Tribunal, descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou

dos pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O), o valor correspondente aos danos sofridos.

5.4.1.2.1.14 Informar endereço eletrônico (e-mail) e telefone para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais.

5.4.1.2.1.15 Apresentar tempestivamente toda a documentação necessária à liquidação da despesa e ao **pagamento mensal** dos serviços, conforme fixado neste Instrumento e no Termo de Contrato.

5.4.1.2.1.16 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a(o) CONTRATADA(O) deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital e/ou Municipal do domicílio ou sede da(o) CONTRATADA(O); 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.4.1.2.1.17 Apresentar, quando couber, complementação de garantia.

5.4.1.2.1.18 Observar a Lei nº 13.709/2018 e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE/SE, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/institucional/etica-e-integridade/etica-profissional-e-disciplina>.

5.4.1.2.1.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

5.4.1.2.1.20 Assinar **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no TRE/SE, e cuidar para que toda(o)s a(o)s empregada(o)s diretamente associada(o)s à contratação assinem o **Termo de Ciência**, ambos anexados ao Ato Convocatório.

5.4.1.2.1.20.1 O acesso às dependências do TRE/SE está condicionado ao atendimento da exigência indicada no item **5.4.1.2.1.20**.

#### 5.4.1.2.2 Obrigações específicas aplicáveis em razão da natureza do objeto contratado:

5.4.1.2.2.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá cumprir as condições e obrigações previstas no Anexo **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS**.

#### 5.4.2 Vedações aplicáveis à(ao) CONTRATADA(O):

5.4.2.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do TRE/SE.

5.4.2.2 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do Contrato, a juízo do TRE/SE.

5.4.2.3 Contratar servidora(servidor) pertencente ao quadro de pessoal do TRE/SE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, sua(eu) companheira(o), parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

5.4.2.4 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

5.4.2.5 A utilização de qualquer trabalho por menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, e a utilização de menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

### 5.5 TREINAMENTO

5.5.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá cumprir as condições previstas no Anexo **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS**.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 6.1 CONDIÇÕES GERAIS

6.1.1 A contratação do objeto do presente processo de licitação será formalizada por intermédio de **TERMO DE CONTRATO**, contendo as informações e cláusulas essenciais, nos termos do art. 92 da Lei 14.133/2021, e alterações posteriores, sendo parte integrante da contratação as cláusulas e obrigações descritas neste Termo de Referência e nos demais anexos ao Ato Convocatório.

6.1.2 A empresa adjudicatária será convocada por e-mail para, no prazo de **até 2 (dois) dias úteis**, assinar o **TERMO DE CONTRATO**, sendo o termo inicial do prazo para assinatura contado do dia útil seguinte ao encaminhamento do e-mail ou do acesso ao sistema processual SEI – Sistema Eletrônico de Informações.

6.1.2.1 A assinatura do Instrumento Contratual ocorrerá, preferencialmente, por via eletrônica, diretamente no sistema processual SEI – Sistema Eletrônico de Informações, de modo que a(o)(s) representante(s) da empresa vencedora deverá(ão) realizar cadastro para acesso ao SEI para fins de assinatura digital, conforme procedimentos repassados pela Seção de Contratos (SECON).

6.1.3 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.3.1 É proibido ao TRE/SE retardar imotivadamente a execução de serviço, inclusive na hipótese de posse de nova(o) titular no órgão.

6.1.4 As comunicações entre o TRE/SE e a(o) CONTRATADA(O) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá informar e-mail e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp para recebimento de comunicações escritas relacionadas ao Contrato.

6.1.5 As comunicações de atos processuais serão realizadas por meio de mensagem eletrônica enviada a e-mail informado pela(o) CONTRATADA(O) e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei.

6.1.6 Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar a(o) representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da(o) CONTRATADA(O), quando houver, do método de aferição dos resultados/medição e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.7 O TRE/SE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



## 6.2 FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.2.1 A execução do Contrato será fiscalizada e acompanhada por representantes do TRE/SE especialmente designada(o)s como *agentes de fiscalização*, ou por sua(eu)s substituta(o)s, permitida a contratação de terceiras pessoas para assisti-la(o)s e subsidiá-la(o)s com informações pertinentes a essa atribuição.

6.2.1.1 A FISCALIZAÇÃO será realizada por EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (EFC) ou FISCAL(is) designados no Instrumento Contratual e/ou por ato normativo do TRE/SE e que atuarão em conformidade com as atribuições indicadas no respectivo instrumento/ato.

6.2.1.2 A GESTÃO (acompanhamento) da Contratação será realizada(o) por servidora(servidor) designada(o) como GESTORA(GESTOR) no Instrumento Contratual e/ou por ato normativo do TRE/SE e atuará em conformidade com as atribuições indicadas no respectivo instrumento/ato.

6.2.2 Quaisquer da(o)s servidora(e)s designada(o)s para desenvolver conjuntamente as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato terão poderes para determinar a correção de inconsistências, propor alterações contratuais ou de procedimentos e solicitar a abertura de processo administrativo para eventual aplicação das sanções administrativas cabíveis.

6.2.3 A(O)s agentes de fiscalização do TRE/SE devem atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:

6.2.3.1 Acompanhar a execução a fim de verificar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas.

6.2.3.2 Determinar, considerando os poderes que detêm, o que for necessário à solução das irregularidades detectadas na execução do Contrato.

6.2.3.3 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.2.3.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços contratados que não obedecerem ao disposto no Edital, na proposta da(o) CONTRATADA(O) e no Contrato.

6.2.3.5 Informar a sua(eu)s superiora(e)s, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.2.3.6 Solicitar auxílio às unidades de assessoramento jurídico e de auditoria do TRE/SE, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la(o)s com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

6.2.3.7 Propor a abertura do procedimento administrativo de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções, como também apresentar as provas das infrações cometidas e prestar informações durante a instrução processual.

6.2.4 A(O) CONTRATADA(O) deve atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:

6.2.4.1 Deverá indicar Representante, a(o) qual será responsável pela gestão administrativa da contratação e deverá ter poderes para assinar requerimentos ou petições, formalizar Termo de Contrato e seus aditamentos, receber intimações e notificações, dentre outras.

6.2.4.2 Deverá manter Preposta(o) aceita(o) pelo TRE/SE para representá-la(o) na execução contratual.

6.2.4.3 Será obrigada(o) a reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela eventualmente empregados.

6.2.4.4 Será responsável pelos danos causados diretamente ao TRE/SE ou a terceiras pessoas em razão da execução contratual, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

6.2.5 A qualidade do serviço prestado será medida, periódica e objetivamente, por meio da aplicação do **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR**, com o objetivo de garantir uma prestação em padrões aceitáveis.

6.2.5.1 O IMR poderá ser revisto, a qualquer momento, por acordo entre as partes, visando melhor adequar-se à realidade da execução dos serviços ou para fins de atribuir maior eficácia na avaliação da qualidade dos serviços.

6.2.5.2 A(O) CONTRATADA(O) ficará sujeita(o) a eventual redução do pagamento da fatura mensal, proporcionalmente à qualidade dos serviços aferidos pelo IMR.

6.2.6 Os esclarecimentos solicitados pela(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

6.2.7 No caso de os trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Instrumento, com as especificações e instruções fornecidas pelo TRE/SE ou pela(o)s agentes de fiscalização, poderá a(o) GESTORA(GESTOR), além das sanções previstas neste Instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como o refazimento dos mesmos, que será realizado pela(o) CONTRATADA(O).

6.2.7.1 Somente a(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE e sua(eu)s superiora(e)s hierárquica(o)s têm autonomia para solicitar a paralisação dos serviços que estejam sendo realizados fora do que foi acordado.

6.2.8 Qualquer solicitação feita pela(o) CONTRATADA(O) que esteja fora do escopo do objeto contratado não poderá ser realizada sem a análise da(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE.

6.2.9 O TRE/SE deverá emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do Contrato.

6.2.9.1 Salvo disposição legal que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a autoridade competente do TRE/SE terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

## 6.3 RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

6.3.1 O objeto desta contratação será recebido pelo TRE/SE, após avaliação de qualidade pela(o)s agentes de fiscalização, com a finalidade de verificar a adequação do serviço e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões que se fizerem necessários.

6.3.2 O objeto da contratação será recebido nos seguintes termos:

a) provisoriamente, pela(o) EFC/FISCAL(IS), mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo; ([art. 22, X e art. 23, VII, Decreto 11.246/2022](#)) e

b) definitivamente, pela(o) GESTORA(GESTOR) do Contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das demais exigências contratuais. ([art. 21, IX, Decreto 11.246/2022](#)).

6.3.3 O serviço será recebido provisoriamente em **5 (cinco) dias**, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das

exigências de caráter técnico e administrativo, obedecendo as seguintes diretrizes: ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, VII do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.3.3.1 Ao final de cada período de faturamento, a(o) CONTRATADA(O) apresentará comunicação escrita informando o fato à(ao)s agentes de fiscalização do TRE/SE, com a indicação/comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

6.3.3.1.1 O prazo fixado nesse item será contado do recebimento de comunicação/documentos oriunda da(o) CONTRATADA(O).

6.3.3.2 A(O)s FISCAIS competentes realizarão o recebimento provisório do objeto da contratação mediante termos detalhados que comprovem/atestem o cumprimento das exigências de caráter técnico e de caráter administrativo, conforme as seguintes diretrizes:

a) Avaliação de caráter técnico - a(o) FISCAL irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no IMR, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à(ao) CONTRATADA(O), registrando em relatório/termo detalhado a ser encaminhado à(ao) GESTORA(GESTOR) do Contrato. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

b) Avaliação de caráter administrativo - a(o) FISCAL verificará a manutenção das condições de habilitação da(o) CONTRATADA(O), devendo apontar eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa e registrar em relatório/termo detalhado a ser encaminhado à(ao) GESTORA(GESTOR) do Contrato. ([Art. 23, VII, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

6.3.3.2.1 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade que ainda possa ser sanada, a(o) FISCAL competente, previamente à emissão do relatório/termo detalhado, emitirá notificações diretamente à(ao) CONTRATADA(O) para a correção da falha detectada, determinando prazo para o cumprimento da providência.

6.3.3.2.2 Após tais providências, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, assinado pela(o)s agentes de fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas, e o encaminhará à(ao) representante da(o) CONTRATADA(O), para ciência.

6.3.3.3 A(O) CONTRATADA(O) fica obrigada(o) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

6.3.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, pela(o) GESTORA(GESTOR) do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.3.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela(o) EFC/FISCAL(IS), e, caso ainda haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à(ao) CONTRATADA(O), por escrito, as respectivas correções.

6.3.4.2 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pela(o) EFC/FISCAL(IS) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela(o) CONTRATADA(O), com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do checklist de atesto de cumprimento de obrigações ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.3.4.3 Emitir Termo para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

6.3.4.4 Comunicar à empresa para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela(o)s agentes de fiscalização.

6.3.4.4.1 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.3.4.5 Enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.3.5 Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pela(o) CONTRATADA(O), de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.3.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Edital ou na proposta da(o) CONTRATADA(O), devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo TRE/SE, às custas da(o) CONTRATADA(O), sem prejuízo do desconto/dedução resultante do redimensionamento do valor devido indicado no IMR e da aplicação das sanções cabíveis.

6.3.6.1 Não sendo executados os serviços de correção no prazo determinado pela(o)s agentes de fiscalização do TRE/SE, poderá o CONTRATADO mandar executá-los por terceiras pessoas, podendo fazer uso de parcela do pagamento, de parcela de pagamento ou de qualquer outro crédito a que a(o) CONTRATADA(O) faça jus.

6.3.7 O recebimento provisório ou definitivo e a fiscalização da contratação, a ser exercida no interesse do TRE/SE, não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) pela adequada prestação dos serviços contratados e pelos danos ou prejuízos por ela(e) causados, por culpa ou dolo, ao TRE/SE ou a terceiras pessoas.

## 6.4 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

6.4.1 Para efeito do disposto no art. 124, inciso I, letra b, da Lei 14.133/2021, configura-se alteração quantitativa do objeto desta contratação o acréscimo ou redução da quantidade total estimada de passagens aéreas para o período de 36 (trinta e seis) meses.

6.4.1.1 O quantitativo total estimado de passagens aéreas nacionais e internacionais requisitadas pelo TRE/SE para 36 (trinta e seis) meses é de 915 (novecentos e quinze) passagens (Ida e/ou Volta).

6.4.2 Os procedimentos atinentes à alteração do Contrato estão indicados no Instrumento Contratual, conforme critérios previstos no Capítulo VII, do Título III, da Lei 14.133/2021.

## 6.5 REAJUSTE CONTRATUAL

6.5.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

6.5.2 Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou por índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.5.2.1 A parcela do preço correspondente à remuneração ou ao desconto pelo serviço de agenciamento poderá ser reajustada mediante provocação da(o) CONTRATADA(O) ou do CONTRATANTE, respectivamente.

6.5.2.2 A parcela do preço correspondente ao valor estimado para a aquisição de passagens aéreas (incluídas as despesas com taxas e multas) – R\$ 2.850.000,00 (dois milhões oitocentos e cinquenta mil reais) – será reajustada independentemente de pedido da(o) CONTRATADA(O), a fim de manter o valor inicial da contratação atualizado.

6.5.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5.4 Os procedimentos atinentes ao reajuste do valor contratado estão indicados no Instrumento Contratual.

6.5.5 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio Contrato não caracteriza alteração do contrato e **será realizado por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.**

## 6.6 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS À CONTRATAÇÃO

**6.6.1 Configuram infrações administrativas às quais está sujeita a(o) ADJUDICATÁRIA(O) ou a(o) CONTRATADA(O), nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021:**

6.6.1.1 Dar causa à inexecução parcial do Contrato.

6.6.1.2 Dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

6.6.1.3 Dar causa à inexecução total do Contrato.

6.6.1.4 Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.

6.6.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.

6.6.1.6 Prestar declaração falsa durante a execução do Contrato.

6.6.1.7 Praticar ato fraudulento na execução do Contrato.

6.6.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

6.6.1.9 Praticar ato lesivo previsto nos incisos I, II, III, IV, "d", "e", "f" e "g", do [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**6.6.2 O TRE/SE, eventualmente verificadas as infrações referidas no item 6.6.1, poderá aplicar à(ao) CONTRATADA(O) as seguintes sanções administrativas:**

6.6.2.1 Advertência.

6.6.2.2 Multa.

6.6.2.3 Impedimento de licitar e contratar.

6.6.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**6.6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:**

6.6.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

6.6.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

6.6.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

6.6.3.4. Os danos que da infração provierem para a Administração Pública.

6.6.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**6.6.4 Relação entre os tipos de penalidade e hipóteses de aplicabilidade:**



Penalidade	Hipótese(s) de aplicabilidade	Observação	Competência para aplicação	Dosimetria
Advertência	Dar causa à inexecução parcial do Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.	Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	Gestão/ Fiscalização da Contratação	<b>Na aplicação das sanções serão considerados:</b>  - A natureza e a gravidade da infração cometida.  - As peculiaridades do caso concreto.  - As circunstâncias agravantes ou atenuantes.  - Os danos que dela provierem para o TRE/ SE.  - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Multa	Todas aquelas reproduzidas no item <b>6.6.1</b> deste Instrumento.	1. As multas a que alude este Instrumento não impedem que a Administração promova a extinção unilateral da contratação e/ou aplique este tipo de sanção cumulativamente com as demais.  2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.  3. Quadro elucidativo (infrações, percentuais, base de cálculo) indicado no item <b>6.6.5</b> .	Secretária(o) de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE/SE	
Impedimento de licitar e contratar	1. Dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.  2. Dar causa à inexecução total do Contrato.  3. Recusar-se, sem justificativa, a celebrar/ formalizar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.  4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.	1. A aplicação do <i>Impedimento de licitar e contratar</i> só se efetivará quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito da União pelo prazo máximo de <b>3 (três) anos</b> (Art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021).  2. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	Diretora(Diretor) Geral do TRE/SE	
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	1. Prestar declaração falsa durante a execução do Contrato.  2. Praticar ato fraudulento na execução do Contrato.  3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.  4. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.	1. Desde que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o <i>Impedimento de licitar e contratar</i> , a <b>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar</b> pode ser aplicada também nas seguintes situações:  - Dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.  - Dar causa à inexecução total do Contrato.  - Não celebrar/formalizar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.  - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.	Presidente do TRE/ SE	

Penalidade	Hipótese(s) de aplicabilidade	Observação	Competência para aplicação	Dosimetria
		2. A aplicação do sancionamento previsto nesta linha impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de <b>3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos</b> (Art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021).  3. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.		

6.6.4.1 A aplicação das sanções previstas no item **6.6.2** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.6.5 Relação entre os tipos de penalidade, hipóteses e percentuais de aplicabilidade:

HIPÓTESE	INFRAÇÃO	PERCENTUAL MULTA	BASE DE CALCULO	OBSERVAÇÃO
1	Atraso superior a 10 (dez) dias para o início da prestação do serviço.	De 10,0% (dez por cento) a 30,0% (trinta por cento).	Valor <b>TOTAL</b> do Contrato.	O TRE <b>poderá</b> declarar a inexecução total do objeto e rescindir o Contrato se a(o) CONTRATADA(O) não iniciar as atividades <b>até o 10º (décimo) dia</b> do momento estabelecido no Termo de Contrato.
2	Não apresentar a documentação necessária para instruir o pagamento.	0,2% (dois décimos por cento), por ocorrência.	Valor <b>ANUAL</b> do Contrato.	—
3	Entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida para o pagamento.	0,4% (quatro décimos por cento), por ocorrência.	Valor <b>MENSAL</b> do Contrato (valor da contratação/36 meses).	—
4	Deixar de indenizar o CONTRATANTE no prazo estabelecido nas normas vigentes.	3,2% (três inteiros e dois décimos por cento), por ocorrência.	Valor <b>ANUAL</b> do Contrato.	—
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação.	3,2% (três inteiros e dois décimos por cento), por ocorrência.	Valor <b>ANUAL</b> do Contrato.	—
6	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Gestão/Fiscalização da Contratação.	1,6% (um inteiro e seis décimos por cento), por ocorrência.	Valor <b>ANUAL</b> do Contrato.	—
7	Deixar de cumprir quaisquer obrigações não previstas nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação	0,8% (oito décimos por cento), por ocorrência.	Valor <b>ANUAL</b> do Contrato.	—
8	Deixar de indicar e/ou de manter durante a execução do Contrato Preposta(o) para representá-la(o) na execução da contratação	3,2% (três inteiros e dois décimos por cento).	Valor <b>ANUAL</b> do Contrato.	—

6.6.5.1 Para efeito de COBRANÇA das multas aplicadas será observado o limite de 30,0% (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, caso a soma das multas aplicadas em determinado mês seja superior ao referido limite.

6.6.6 A aplicação de **multa de mora** não impedirá que o TRE/SE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato

com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Instrumento.

**6.6.7 As regras e os procedimentos acerca da instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência estão indicadas no Instrumento Contratual.**

## 6.7 SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

6.7.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à suspensão do Contrato estão indicadas no Instrumento Contratual.

## 6.8 EXTINÇÃO DO CONTRATO

6.8.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à extinção do Contrato estão indicadas no Instrumento Contratual, conforme critérios previstos no Capítulo VIII, do Título III, da Lei 14.133/2021.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 7.1 MEDIÇÃO

7.1.1 O procedimento de medição se destina à aferição/avaliação da execução contratual para fins de recebimento e pagamento e considerará os seguintes critérios:

7.1.1.1 A apuração periódica da qualidade na execução deverá observar rigorosamente a metodologia fixada no **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**, devendo as partes contratantes cooperarem para sua efetivação.

7.1.1.2 Os serviços da(o) CONTRATADA(O) serão avaliados por meio de indicadores de qualidade identificados no IMR.

7.1.1.3 Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios e procedimentos descritos no IMR.

7.1.1.4 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a(o) CONTRATADA(O):

7.1.1.4.1 não produziu os resultados acordados;

7.1.1.4.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.4.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.2 A partir da aferição objetiva dos resultados alcançados na execução do objeto, e considerando a metodologia fixada no IMR, o pagamento a ser realizado à(o) CONTRATADA(O) em contraprestação pela execução poderá ser reduzido proporcionalmente para refletir à qualidade insuficiente do que foi efetivamente entregue, até o limite de **15%** do valor da parcela devida.

7.1.2.1 Quando o nível da qualidade da execução ultrapassar o limite de **15%** indicado no item **7.1.2**, poderá ser aplicada cumulativamente sanção administrativa pela inexecução parcial do objeto contratual, nos termos fixados neste Instrumento.

7.1.3 Fato ou situação imprevista que venha a impossibilitar ou dificultar a prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência deverá ser formalmente comunicado ao TRE/SE, de maneira a ser considerado no cálculo final do fator de qualidade geral.

7.1.4 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### 7.2 LIQUIDAÇÃO

7.2.1 Os procedimentos atinentes à liquidação estão indicados no Instrumento Contratual.

### 7.3 PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

7.3.1 Os procedimentos atinentes ao pagamento e à retenção tributária estão indicados no Instrumento Contratual.

7.3.1.1 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a Nota Fiscal Eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) sediada(o) fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

7.3.1.2 A(O) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da Nota Fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

7.3.1.3 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

### 7.4 ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

7.4.1 A presente contratação não permitirá a antecipação de pagamento.

### 7.5 CESSÃO DE CRÉDITO

7.5.1 A presente contratação não permitirá a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

## 8. REGRAS DE SELEÇÃO DA(O) FORNECEDORA(FORNECEDOR)

### 8.1 FORMA DE SELEÇÃO DA(O) CONTRATADA(O)

8.1.1 O serviço pretendido é oferecido por diversa(o)s fornecedora(e)s e apresenta características padronizadas e usuais de mercado, sendo permitida a adoção da modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, à luz do disposto no art. 29, da Lei 14.133/2021.

8.1.2 O procedimento licitatório se destina à AMPLA PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORA(E)S, uma vez que o valor anual estimado da contratação é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).



## 8.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

8.2.1 O **julgamento** da licitação será realizado pelo critério do MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM, observadas as regras de aceitação das propostas fixadas no Ato Convocatório.

8.2.1.1 O preço global apresentado deverá incluir a completa execução do objeto, em conformidade com este Instrumento e quaisquer diferenças apuradas pela(o) licitante deverão ser computadas na composição do preço, pois não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE/SE.

8.2.2 A **adjudicação** do objeto será realizada segundo o critério de julgamento fixado no item **8.2.1**, observada a decisão final de julgamento do certame pela(o) Pregoeira(o).

## 8.3 REQUISITOS DA PROPOSTA COMERCIAL

8.3.1 A(O)s licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos as especificações e planilhas eventualmente fornecidas para execução do serviço, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, formular imediata comunicação ao TRE/SE, para fins de esclarecimento no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública.

8.3.2 A(O) licitante deverá consignar, por ocasião da elaboração da proposta, o VALOR GLOBAL DO CONTRATO (36 meses), já considerados e inclusos todos os custos, diretos e indiretos (tributos, tarifas e demais despesas), incidentes sobre a execução do Contrato, não cabendo qualquer alegação posterior de erro e/ou não consideração de tal ou qual ônus, mesmo que não explicitado na respectiva planilha de custos e formação de preços.

8.3.2.1 Uma vez ofertado o valor global, será definida(o) a **Remuneração da(o) Agente de Viagem - RAV** ou o **Desconto da(o) Agente de Viagem - DAV**.

8.3.2.1.1 A RAV [Remuneração da(o) Agente de Viagem], que remunera a emissão de cada passagem aérea, é estipulada caso o valor global seja superior ao valor total estimado para a aquisição de passagens aéreas (R\$ 2.850.000,00), limitado ao valor de referência (R\$ 2.850.000,92).

8.3.2.1.2 Caso o valor global ofertado seja inferior a R\$ 2.850.000,00, será fixado o **DAV [Desconto da(o) Agente de Viagem]**, em substituição à RAV [Remuneração da(o) Agente de Viagem], que será subtraído do valor da tarifa (nas emissões) das passagens aéreas nacionais e internacionais.

8.3.2.1.3 A RAV e o DAV incidem sobre o valor da tarifa, excluídas as taxas aeroportuárias.

8.3.2.1.4 Na hipótese de o valor do DAV superar o valor da tarifa, o "saldo" decorrente não será aproveitado pelo TRE/SE em novas emissões.

8.3.2.1.5 O cálculo do valor correspondente à RAV ou ao DAV adota a seguinte fórmula:

**RAV ou DAV= (VALOR GLOBAL – VEPA) ÷ NEPA, em que:**

**RAV** = Remuneração da(o) Agente de Viagem.

**DAV** = Desconto da(o) Agente de Viagem.

**VEPA**= Valor Estimado de Passagens Aéreas, neste caso, R\$ 2.850.000,00 conforme o Anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS.

**NEPA** = Número Estimado de Passagens Aéreas, neste caso, 915 passagens, conforme o Anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS.

8.3.3 O parâmetro de preços para eventual desconto do agente de viagem (DAV) deverá ser o constante no sítio eletrônico das companhias aéreas, **para o público em geral**, ou em sistema da empresa contratada, **prevalecendo o de menor valor, inclusive quanto às tarifas promocionais**.

8.3.3.1 Regras importantes para escolha de tarifa e que repercutem no faturamento mensal dos serviços:

a) A empresa contratada deverá comprovar que o valor escolhido é o menor valor obtido entre as opções descritas no item **8.3.3**, por meio de *print screen* dos sítios eletrônicos das Companhias Aéreas, contendo os preços unitários e respectivas taxas disponíveis ao público em geral, expressando os valores de ida e volta para o período definido pelo TRE/SE.

b) A escolha da tarifa deve privilegiar o menor preço, prevalecendo a tarifa em classe econômica, observado o disposto no art. 27-A, do Decreto 71.733/73.

c) O valor do bilhete emitido/remarcado pela contratada não poderá ser superior ao menor preço praticado pela companhia aérea para vendas efetuadas via internet ao público em geral, na data, trecho e horário escolhido. Para permitir o fiel cumprimento deste item, o fiscal do contrato, no momento da solicitação da passagem poderá acessar o sítio da empresa aérea escolhida e verificar o menor preço disponível.

d) Quando for verificado pela gestão do contrato que o bilhete aéreo foi emitido com valor acima do constante na solicitação, a diferença respectiva deverá ser ressarcida à Contratante, mediante desconto do referido valor, quando do pagamento da próxima fatura.

e) A(O) CONTRATADA(O) repassará ao CONTRATANTE todas as vantagens e tarifas-acordo que celebrar com as companhias aéreas.

8.3.4 A participação no presente certame representa completa e irrestrita aceitação das condições, bem como a garantia de seu cumprimento, referente aos serviços, prazos e demais obrigações fixadas neste Termo de Referência (e demais Anexos ao Ato Convocatório), independente de declaração expressa da(o) licitante.

## 8.4 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

8.4.1 Para cálculo do valor global máximo aceitável/valor de referência foi adotado, por passagem emitida, RAV de R\$ 0,001 .

8.5 REQUISITOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

8.5.1 Habilitação jurídica (art. 66, da Lei 14.133/2021)

8.5.1.1 As exigências de habilitação jurídica são as usuais à generalidade do objeto, conforme disciplinado no Ato Convocatório.

8.5.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista (art. 68, da Lei 14.133/2021)

8.5.2.1 As exigências de habilitações fiscal, social e trabalhista são as usuais à generalidade do objeto, conforme disciplinado no Edital.

8.5.3 Qualificação econômico-financeira (art. 69, da Lei 14.133/2021)

8.5.3.1 Para fins de demonstração da qualificação econômico-financeira, a(o) licitante deverá apresentar:

8.5.3.1.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da(o) licitante, conforme art. 69, inciso II da Lei 14.133/2021.

8.5.3.2 O Ato Convocatório contempla maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à comprovação das exigências de qualificação econômico-financeira previstas neste tópico.

8.5.4 Qualificação técnica (art. 67 , da Lei 14.133/2021)

8.5.4.1 Para fins de qualificação técnica, deverá a(o) licitante comprovar/apresentar:

8.5.4.1.1 Aptidão para a prestação dos serviços em características e prazo compatíveis com o objeto desta contratação, mediante a apresentação de 01 (um) ou mais atestados e/ou declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a(o) fornecedora(fornecedor) executou Contrato(s) contemplando os serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo reserva, emissão, cancelamento e remarcação de passagens aéreas, **pelo período mínimo de doze (12) meses.**

8.5.4.1.1.1 Para fins de cumprimento da exigência prevista no item **8.5.4.1.1**, é possível que o atestado ou a declaração de capacidade técnica faça referência a Contrato vigente, ou seja, que esteja no curso de sua execução, desde que atendido o requisito temporal: execução mínima de doze (12) meses.

8.5.4.1.1.2 Os atestados devem ser emitidos em papel timbrado da pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo no mínimo: nome, cargo, e-mail, telefone do responsável que assina o documento; nome comercial, CNPJ, endereço da pessoa jurídica de direito público ou privado; devem, ainda, indicar o período e local em que se deu a prestação do serviço, cuja experiência está sendo atestada.

8.5.4.1.1.3 A(O)s licitantes deverão disponibilizar, quando solicitada(o)s, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

8.5.4.1.2 O correspondente registro no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), órgão subordinado ao Ministério do Turismo - Mtur, mediante a apresentação de certificado para o seu regular funcionamento, conforme previsto no art. 22 da Lei 11.771/2008, e no artigo 18 do Decreto 7.381/2010.

8.5.4.1.2.1 O cadastro dos prestadores de serviços turísticos dispostos no [art. 21 da Lei nº 11.771, de 2008](#) deverá ser compatível com a atividade principal ou secundária constante da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, fornecida pela Comissão Nacional de Classificação - CONCLA, criada pelo Decreto nº 1.264, de 11 de outubro de 1994.

8.5.4.1.3 Ato de registro perante a Internacional Air Transport Association (IATA).

8.5.4.1.3.1 Na hipótese de a(o) CONTRATADA(O) não dispor do registro perante a IATA, poderá apresentar declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, obtida no site [www.anac.gov.br/home](#), traduzidas por tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que a(o) CONTRATADA(O) é possuidora(possuidor) de crédito direto e está autorizada(o) a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do Contrato.

8.5.4.2 O Ato Convocatório contemplará detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à comprovação das exigências de qualificação técnica previstas neste tópico.

8.5.5 Outras exigências da fase de habilitação

8.5.5.1 O Edital indicará demais condições/requisitos previstos na legislação vigente aplicáveis à generalidade do objeto contratado e que estão sujeitos à comprovação na fase de habilitação, a exemplo do disposto no [art. 63](#), inciso IV da Lei 14.133/2021.

9. ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor da contratação foi estimado com base nos critérios e parâmetros indicados no Anexo **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS**.

9.2 O valor estimado da contratação corresponde ao VALOR TOTAL informado no arquivo **VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO**, disponibilizado no endereço <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/licitacoes> (pesquisar pelo ano e pelo número do Pregão).

Item	Descrição resumida do objeto	(A) Quantidade estimada de passagens (36 meses)	(B) Gasto estimado com emissão de passagens, incluídas as despesas com taxas e multas (36 meses)	(C) Remuneração da(o) Agente de Viagens - RAV ou Desconto da(o) Agente de Viagem-DAV (C negativo), por passagem	(D) = (A) x (C) RAV total ou DAV total (se C negativo)	(E) = (B) + (D) Valor Total Estimado da Contratação
1	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de	915	R\$ 2.850.000,00	R\$ 0,001	R\$ 0,915	R\$ 2.850.000,92

Item	Descrição resumida do objeto	(A) Quantidade estimada de passagens (36 meses)	(B) Gasto estimado com emissão de passagens, incluídas as despesas com taxas e multas (36 meses)	(C) Remuneração da(o) Agente de Viagens - RAV ou Desconto da(o) Agente de Viagem-DAV (C negativo), por passagem	(D) = (A) x (C) RAV total ou DAV total (se C negativo)	(E) = (B) + (D) Valor Total Estimado da Contratação
	Agenciamento de Viagens (passagens aéreas nacionais e internacionais)					

9.3 O valor estimado para a contratação serve apenas como subsídio à(ao)s licitantes para formulação das propostas e para a apresentação dos lances, não constituindo compromisso futuro, uma vez que o fornecimento das passagens aéreas ocorrerá mediante requisição e conforme as necessidades deste Tribunal.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2024, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias seguem descritas abaixo e que constarão do Termo de Contrato e da respectiva Nota de Empenho:

PROGRAMA DE TRABALHO/AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral. Planos Orçamentários: 0001 - Julgamento de Causas - PTRES: 167686 0002 - Capacitação PAC - PTRES: 167687 EJE0 - Capacitação EJE - PTRES: 167685 TIC0 - Capacitação TIC- PTRES: 213919  02.061.0033.4269.0001/Pleitos Eleitorais. PTRES: 167864
PLANOS INTERNOS (PI)	Ação 20GP - Julgamento de Causas: ADM PASSAG ADM PASMEN SE CAPPAC SE CAPEJE SE CAPTIC  Ação 4269 - Pleitos: TRE REUNIA1 TRE TREINA
GRUPO NATUREZA DE DESPESA (GND)	Outras Despesas Correntes

Fonte: PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA CONTRATAÇÃO - SEPOR

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos a Lei 14.133/2021, a Lei 13.709/2018, a Lei Complementar 123/2006, os Decretos 8.538/2015, 9.507/2018 e 11.246/2022, a Resolução TSE 23.702/2022 e a Resolução TRE/SE 120/2015.

12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1 O Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação indicada no Estudo Técnico Preliminar.

12.1.1 Na elaboração deste Instrumento, os integrantes demandante (Débora Maria Barbosa do Nascimento), técnico (Ruth Cristina Machado Coelho da Silveira) e administrativo (Walkeline Fraga Dias / Valéria Maria dos Santos) atuaram em estrita conformidade com as competências/atribuições de cada um, sendo responsáveis, respectivamente, pelos aspectos funcionais e técnicos da solução e pelos aspectos administrativos da contratação.

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS (ETS)

1. OBJETO

1.1 Trata-se da contratação de empresa especializada em serviços continuados de Agenciamento de Viagens, compreendendo assessoria, cotação, reserva, aquisição, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, para o fim de utilização por magistrada(o)s, servidora(e)s e colaboradora(e)s que necessitem se deslocar no desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas deste Tribunal.

1.2 Esta contratação se caracteriza como prestação de serviço contínuo, pois se repete a cada ano neste TRE/SE, o que, por si só, já

- demonstra a necessidade permanente da contratação, conforme dispõe o art. 6º, XV, da Lei 14.133/21.
- 1.2.1** A contratação deverá ser de serviço contínuo, com prorrogações sucessivas de acordo com o disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 1.2.2** Previsão da contratação pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, com as prorrogações previstas na Lei nº 14.133/2021 até o limite máximo, desde que CONTRATANTE e CONTRATADA(O) estejam de comum acordo.
- 1.3** A(O) CONTRATADA(o) deve fornecer o serviço contratado no prazo e nas condições avençadas, emitir a documentação competente e proporcionar o suporte necessário ao pleno atendimento das necessidades do CONTRATANTE.
- 1.4** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 1.5** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre a(o)s empregados da(o) CONTRATADA(O) e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre esta(e)s que caracterize personalidade e subordinação direta.
- 1.6** Para os fins desta contratação, consideram-se:
- 1.6.1** AGENCIAMENTO DE VIAGEM: serviço prestado por agência de turismo, compreendendo a venda comissionada ou a intermediação remunerada na comercialização de passagens, viagens e serviços correlatos, conforme previsto neste documento e no Termo de Referência.
- 1.6.2** BENEFICIÁRIA(O): pessoa em favor de quem a Administração autorizou a emissão de passagem aérea, nacional ou internacional, sempre a serviço ou no interesse do TRE/SE.
- 1.6.3** BILHETE DE PASSAGEM AÉREA: documento que contém as informações da reserva de uma passagem e do passageiro, cujo valor compreende a tarifa e a taxa de embarque.
- 1.6.4** COMPANHIA AÉREA: empresa de prestação de serviços aéreos comerciais de transporte de passageira(o)s.
- 1.6.5** FISCALIZAÇÃO: Servidora(s)/Servidor(es) designada(o)(s) formalmente para representar o CONTRATANTE, responsável(eis) pela fiscalização dos serviços.
- 1.6.6** PASSAGEM AÉREA: compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isso represente toda a contratação.
- 1.6.7** TRECHO: compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou de ser utilizada mais de uma companhia aérea.

OBJETO	DESCRIÇÃO SUCINTA DO SERVIÇO	PRAZO DA CONTRATAÇÃO
CÓDIGO SIASG: 3719 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens	Serviços continuados de Agenciamento de Viagens, compreendendo assessoria, cotação, reserva, aquisição, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, para o fim de utilização por magistrada(o)s, servidora(e)s e colaboradora(e)s que necessitem se deslocar no desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas deste Tribunal.	36 (trinta e seis) meses

2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

2.1 Os serviços solicitados deverão ser prestados por empresa especializada, observando-se as seguintes condições:

2.2 ENCARGOS ESPECÍFICOS DA(O) CONTRATADA(O)

- 2.2.1** Disponibilizar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data da assinatura do contrato, os nomes, e-mails e telefones de contato, fixos e celulares, das(os) funcionárias(os) que atenderão às requisições do serviço objeto da presente contratação, prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, atualizando-os sempre que necessário.
- 2.2.2** A Contratada deverá indicar, em até 2 (dois) dias após a assinatura do contrato, funcionária(o) que possa ser contatada(o) para pronto atendimento fora do horário comercial, nos fins de semana e feriados, através de telefone, aplicativo de mensagens ou outra forma de comunicação indicada pela empresa, possibilitando a emissão de bilhetes em caráter de urgência, quando solicitado pela Contratante.
- 2.2.3.** Disponibilizar, em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, no mínimo 18 (dezoito) perfis de acesso gratuito ao seu Sistema Eletrônico próprio (tipo Self Booking, via internet), de forma a possibilitar à Contratante efetuar cotações, reservas e emissões de passagens aéreas.
- 2.2.4** Disponibilizar à Gestora e à (ao) Fiscal do contrato perfil de acesso ao sistema eletrônico próprio e capacitá-las(os) para uso do mesmo, na modalidade *on line* ou presencial, no prazo de até 48 (quarenta e oito horas) do início da prestação dos serviços.
- 2.2.4.1** A Gestora do contrato poderá requisitar a realização de novo treinamento/orientação sempre que a Contratada efetuar alteração no sistema de auto agendamento, o qual deverá ser realizado no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados da comunicação à CONTRATADA.
- 2.2.4.2** A Contratada está obrigada, ainda, a prestar as informações aos demais servidores do TRE/SE a respeito da utilização do sistema eletrônico (Self-booking), sempre que solicitada.
- 2.2.5** O sistema eletrônico próprio (tipo Self Booking), a ser disponibilizado via internet pela Contratada, consiste numa ferramenta que deve permitir à contratante acesso gratuito em tempo real, durante 24 (vinte e quatro) horas, aos sistemas de reserva e emissão das companhias aéreas, de forma a disponibilizar inteligentes critérios de busca que mostrem todas as possíveis situações de voos, trechos, datas, preços de tarifas (reembolsáveis ou não), tarifas promocionais ou reduzidas e outros parâmetros hábeis a permitir as condições mais vantajosas à Contratante, de acordo com as características das viagens autorizadas e demais disposições contratuais;
- 2.2.5.1** Além do estabelecido no item **2.2.5**, o sistema de eletrônico da Contratada deverá ser acessível pelos navegadores Microsoft Edge, Firefox e Chrome, em suas últimas versões e naquelas homologadas pelo TRE/SE, por meio de dispositivos móveis como celulares e



tablets e gerar relatórios em formato “.xls” ou “.xlsx”, dentre outros.

**2.2.5.2 A escolha da tarifa deve privilegiar o menor preço, prevalecendo a tarifa em classe econômica, observado o disposto no art. 27-A, do Decreto 71.733/73.**

**2.2.5.2.1 O parâmetro de preços para eventual desconto deverá ser o constante no sítio eletrônico das companhias aéreas, para o público em geral, ou em sistema da empresa contratada, prevalecendo o de menor valor, inclusive quanto às tarifas promocionais;**

**2.2.5.2.2 A empresa contratada deverá comprovar que o valor escolhido é o menor valor obtido entre as opções descritas no item acima, por meio de print screen dos sítios eletrônicos das Companhias Aéreas, contendo os preços unitários e respectivas taxas disponíveis ao público em geral, expressando os valores de ida e volta para o período definido pelo TRE/SE.**

**2.2.5.3** Em casos de pane no sistema, admitir-se-á a utilização de internet, telefone, aplicativos de mensagens, e-mail ou outra forma de comunicação.

**2.2.6** Autorizar ao contratante o acesso aos dados pessoais dos representantes da contratada, tais como número de CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia documento de identidade para execução objeto desta contratação, em atendimento ao disposto na Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados - (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021.

**2.2.7** Fornecer passagens aéreas nacionais e internacionais, para quaisquer destinos servidos por linhas regulares de transporte aéreo; emitir ordens de passagens para todas as cidades atendidas por linhas regulares de transporte aéreo, informando à unidade gestora do contrato ou ao favorecido o número do bilhete, código de transmissão, companhia aérea, valor dos trechos e taxas de embarque.

**2.2.8** Reservar, emitir, marcar, remarcar, desdobrar, confirmar e reconfirmar as passagens aéreas para as rotas nacionais e internacionais, inclusive retorno.

**2.2.9** Encaminhar os bilhetes de passagens aéreas emitidas, à unidade gestora do contrato ou a outro designado, por e-mail, **no prazo de até 2 (duas) horas** para os trechos nacionais e de até 4 (quatro) horas para os trechos internacionais, contado a partir da autorização de emissão da passagem, salvo se solicitados fora do horário de expediente da CONTRATADA.

**2.2.9.1.** No caso do não cumprimento do prazo estipulado para a emissão da passagem, havendo majoração da tarifa em relação ao valor verificado na reserva, tal diferença será glosada pela CONTRATANTE.

**2.2.9.2** Quando os bilhetes forem solicitados fora do horário de expediente, o envio dos mesmos deverá ser feito em até 2 (duas) horas por meio eletrônico (e-mail) e do aplicativo Whatsapp.

**2.2.10** A Contratada deverá desmarcar, cancelar ou remarcar, dentro das disposições legais, as passagens que não atendam ao TRE/SE, conforme solicitação da unidade Gestora da Contratação.

**2.2.11.** Substituir passagens (remarcação) quando ocorrer mudanças de itinerário de viagem ou de desdobramento de percurso, mediante solicitação da CONTRATANTE.

**2.2.11.1** Quando houver aumento de custo, comunicar por e-mail à Gestão da Contratação e emitir ordem de débito pelo valor complementar, quando necessário.

**2.2.11.2** Quando houver diminuição de custo, comunicar por e-mail à Gestão da Contratação e emitir ordem de crédito a favor do TRE/SE, a ser utilizada como abatimento no valor da fatura posterior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação.

**2.2.11.3** Utilizar na emissão/remarcação de passagens aéreas valores de tarifas não superiores àquelas praticadas pelas companhias aéreas para a venda via internet, aplicando inclusive tarifas promocionais ou reduzidas sempre que forem ofertados.

**2.2.12.** O reembolso de valores pagos relativos a passagens regularmente emitidas e não utilizadas será efetuado mediante apresentação de Nota de Crédito, para fins de compensação com faturas a vencer, demonstrando, entre outras informações, o número do bilhete da passagem emitida e não utilizada, o nome do passageiro e da companhia aérea, o(s) trecho(s) do voo (ida e/ou volta), o valor da tarifa cobrada, documento da companhia aérea que demonstre, detalhadamente, os valores de eventuais multas, reembolsos ou taxas administrativas; taxas de embarque e o valor total líquido do crédito, com data e assinatura do representante da contratada.

**2.2.12.1** Quando da efetuação da compensação, eventuais taxas e multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas não utilizadas deverão ser consideradas, desde que comprovada sua aplicação.

**2.2.12.2** As notas de crédito relativas aos bilhetes, juntamente com as informações solicitadas no item **2.2.13** deverão ser apresentadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento pela contratada do e-mail de solicitação do reembolso feita pelo fiscal do contrato.

**2.2.13.** Os bilhetes emitidos e não utilizados pelo TRE-SE poderão ser cancelados pela empresa Contratada, desde que solicitados em tempo hábil, de acordo com normas específicas da ANAC e das empresas de viagem;

**2.2.14.** Os bilhetes emitidos, pagos e não utilizados terão os seus valores, apurados junto às companhias aéreas, ressarcidos pela Contratada ao TRE-SE em valores glosados na fatura vincenda na subsequência;

**2.2.15.** A contratada deverá disponibilizar ao TRE/SE a emissão de relatório analítico mensal contendo:

a) data da emissão da passagem, nome da empresa, trecho, melhor tarifa, tarifa escolhida, taxa de embarque, valor bruto e valor líquido das passagens,

b) detalhamento de todas as retenções legais devidas.

**2.2.16.** Apresentar a Fatura, à fiscalização do contrato, acompanhada de demonstrativo com os seguintes elementos:

- Nome do passageiro;
- Percurso;
- Transportadora;
- Data da viagem;
- Valor da tarifa praticada pela Companhia Aérea;
- Valor das taxas de embarque;
- Retenções legais;
- Recibo da Companhia Aérea com valor pago pela Agência.

**2.2.17** A contratada deverá comprovar o valor da passagem aérea mediante a apresentação de faturas e/ou notas fiscais provenientes da empresa de aviação correspondente com a indicação de valores unitários.

## **2.3 DO VALOR TOTAL DO SERVIÇO DE AGENCIAMENTO E DA(O) REMUNERAÇÃO/DESCONTO DA(O) AGENTE DE VIAGEM - RAV/**

## DAV

**2.3.1** O valor total do serviço de agenciamento, a ser pago à(ao) CONTRATADA(O), será apurado a partir da soma dos seguintes itens: **RAV ou DAV**, multiplicada(o) pela quantidade de passagens aéreas emitidas no período faturado, acrescida(o) do valor das passagens aéreas emitidas e das taxas de embarque correspondentes, conforme demonstrado a seguir:

**VT** = (RAV ou DAV x QP) + VP + TE, em que:

**RAV**= Remuneração da(o) Agente de Viagem;

**DAV**= Desconto do Agente de Viagem;

**QP** = Quantidade de Passagens Emitidas;

**VP** = Valor da Passagem;

**TE** = Taxa de Embarque.

**2.3.1.1** Para fins de quantitativo de emissões, PASSAGEM AÉREA compreende:

**2.3.1.1.1** O bilhete de ida e volta por uma mesma companhia aérea;

**2.3.1.1.2** Os bilhetes de ida e de volta por companhias aéreas diferentes;

**2.3.1.1.3** O bilhete somente de ida ou somente de volta, se assim solicitado pelo CONTRATANTE;

**2.3.1.1.4** O bilhete reemitido decorrente de remarcação por trecho não voado;

**2.3.1.2** Não haverá remuneração à(ao) Agente de Viagem para os serviços correspondentes a: cancelamentos de passagens emitidas, utilização do self-booking, emissões de relatórios gerenciais e de comprovantes de embarque; reservas e cancelamento de reservas; prestação de informações atualizadas de itinerários, horários, tarifas nacionais e internacionais, da periodicidade de voos e de variação de tarifas, inclusive promocionais.

**2.3.1.3** Caso a(o) CONTRATADA(O) ofereça RAV igual ou inferior a 0 (zero), não há que se falar em pagamento de RAV.

**2.3.2** O parâmetro de preços para eventual desconto do agente de viagem (DAV) deverá ser o constante no sítio eletrônico das companhias aéreas, **para o público em geral**, ou em sistema da empresa contratada, **prevalecendo o de menor valor, inclusive quanto às tarifas promocionais**.

**2.3.2.1** Regras importantes para escolha de tarifa e que repercutem no faturamento mensal dos serviços:

a) A empresa contratada deverá comprovar que o valor escolhido é o menor valor obtido entre as opções descritas no item **2.3.2**, por meio de *print screen* dos sítios eletrônicos das Companhias Aéreas, contendo os preços unitários e respectivas taxas disponíveis ao público em geral, expressando os valores de ida e volta para o período definido pelo TRE/SE.

b) A escolha da tarifa deve privilegiar o menor preço, prevalecendo a tarifa em classe econômica, observado o disposto no art. 27-A, do Decreto 71.733/73.

c) O valor do bilhete emitido/remarcado pela contratada não poderá ser superior ao menor preço praticado pela companhia aérea para vendas efetuadas via internet ao público em geral, na data, trecho e horário escolhido. Para permitir o fiel cumprimento deste item, o fiscal do contrato, no momento da solicitação da passagem poderá acessar o sítio da empresa aérea escolhida e verificar o menor preço disponível.

d) Quando for verificado pela gestão do contrato que o bilhete aéreo foi emitido com valor acima do constante na solicitação, a diferença respectiva deverá ser ressarcida ao CONTRATANTE, mediante desconto do referido valor, quando do pagamento da próxima fatura.

e) A(O) CONTRATADA(O) repassará ao CONTRATANTE todas as vantagens e tarifas-acordo que celebrar com as companhias aéreas.

**2.3.3** O Valor Total do Serviço de Agenciamento (VT) englobará todas as despesas relativas ao objeto do Contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**2.3.4** A taxa DU/Taxa de Repasse de Terceiro não será considerada no faturamento do valor da passagem aérea.

**2.3.5** A proposta limitar-se-á ao objeto da licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

**2.3.6** A(O) CONTRATADA(O) deverá emitir documentos de cobrança distintos, um contendo o valor do Serviço de Agenciamento de Viagens, ressalvada a hipótese de concessão de DAV, e outro com o valor das passagens aéreas acrescido das respectivas taxas de embarque e outras taxas/multas previstas no site da companhia aérea, quando for o caso.

## 3. DISPOSIÇÕES GERAIS

**3.1** Os significados dos termos utilizados na presente especificação são os seguintes:

**3.1.1** CONTRATANTE: União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe;

**3.1.2** CONTRATADA(O): Licitante vencedora(vencedor) do certame licitatório, a quem será adjudicado o objeto desta licitação, após a assinatura do Contrato;

**3.1.3** FISCAL TÉCNICA(O) DO CONTRATO: servidora(servidor) formalmente designada(o) para acompanhar a execução dos serviços terceirizados de natureza continuada que tenham sido contratados;

**3.1.4** GESTORA(GESTOR) DO CONTRATO: unidade, vinculada ou não ao objeto do Contrato, responsável pela fiscalização da documentação comprobatória da(o) CONTRATADA(O);

**3.1.5** REMUNERAÇÃO DA(O) AGENTE DE VIAGEM- RAV: valor fixo a ser pago à(ao) CONTRATADA(O) pelos serviços prestados com emissão e fornecimento da passagem;

**3.1.6.** DESCONTO DO AGENTE DE VIAGEM - DAV: valor unitário do desconto por passagem a ser repassado pela Contratada ao TRE/SE;

**3.1.7** TARIFA: valor cobrado pela companhia aérea responsável pelo transporte;

**3.1.8** TAXAS AEROPORTUÁRIAS: valores cobrados pelas autoridades aeroportuárias, pagos às companhias aéreas além do valor da tarifa.

4. META FÍSICA ANUAL

4.1 São **estimados** os seguintes quantitativos:

Serviço	Quantidade Anual de Passagens
Passagens Nacionais	300
Passagens Internacionais	5
Total	305

4.2 As quantidades previstas são estimadas, de modo que podem sofrer alterações durante a execução do Contrato.

5. CONDIÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

5.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação informadas por ocasião do certame licitatório.

5.2 A(O) CONTRATADA(O) deverá indicar no prazo de assinatura do Contrato [2 (dois) dias úteis], mediante declaração, **Preposta(o)**, aceita(o) pela fiscalização, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la(o) administrativamente, sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

5.2.1 Caso a(o) CONTRATADA(O) decida substituir a(o) Preposta(o) indicada(o), deverá notificar previamente o CONTRATANTE e efetivar a substituição no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

5.2.2 A(O) preposta(o) deverá estar apta(o) a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

5.3 A(O) CONTRATADA(O) não precisa ter sede ou filial em Sergipe, mas deverá prestar os serviços no fuso horário de Brasília/DF, de modo a evitar atrasos nas comunicações necessárias, bem como nas emissões de passagens.

6. CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 A prestação dos serviços contratados deve ser iniciada a partir da data consignada no Termo de Contrato.

6.2 A(O) CONTRATADA(O) deverá manter para o CONTRATANTE ou à sua disposição, no horário das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, pronto atendimento com funcionária(o)s suficientes para atender às solicitações decorrentes dos serviços.

7. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

7.1 O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas contratações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170, inciso VI, da CF/1988, ao art. 5º da Lei 14.133/2021, à Lei 12.187/2009 e ao art. 6º da Instrução Normativa 1/2010 da SLTI/MPOG.

7.2 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

7.3 Os serviços deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, atendendo aos critérios de sustentabilidade assim como os descritos abaixo, quando possível:

7.3.1 Selecionar materiais com baixo impacto ambiental e baixo consumo de energia, materiais reciclados ou recicláveis, com otimização dos produtos ou das técnicas, de forma a obter maior eficiência no uso de energia e menor desperdício de materiais.

7.4. Nesta contratação serão adotadas as seguintes boas práticas sustentáveis:

7.4.1 Todas as solicitações da Gestão/Fiscalização da Contratação serão efetivadas por ferramenta “on line” (selfbooking) e/ou por e-mail: cotação, emissão, remarcação, cancelamento e demais comunicações necessárias;

7.4.2 O CONTRATANTE deverá **evitar** imprimir as cotações, a fatura e demais mensagens enviadas pela(o) CONTRATADA(O).

7.5 A(O) CONTRATADA(O) deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e os regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde da(o)s trabalhadora(e)s envolvida(o)s na prestação dos serviços.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE FATURAMENTO

8.1 No valor da cotação, constante da proposta de preço da empresa, deverão ser agregados todos os custos, bem como outros serviços necessários à execução do Contrato, além das despesas de natureza trabalhista, social, treinamentos, lucros, seguros, riscos e outras despesas diretas ou indiretas da(o) CONTRATADA(O).

8.2 O CONTRATANTE rejeitará o faturamento de serviços relativos a eventuais divergências entre a fatura e os relatórios da(o) CONTRATADA(O) ou entre estes e os controles da FISCALIZAÇÃO, até a completa apuração dos fatos, se for o caso.

8.3 Os documentos de cobrança deverão ser enviados pela(o) CONTRATADA(O), por e-mail, **até o dia 20 do mês subsequente ao da prestação do serviço**.

9. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 Os serviços serão executados de forma contínua, sob a orientação da Gestão/Fiscalização da Contratação, observando-se que para todas as atividades executadas deverá ser gerado registro escrito, seja na forma de texto elaborado, produção de layout, registro de atendimento em sistema específico, ou mensagens de correio eletrônico relativas aos serviços produzidos.

9.2 A comprovação de execução será realizada por meio de acompanhamento e registro diário das atividades e da entrega de **relatório mensal** contendo, no mínimo, o balanço detalhado das atividades realizadas (a exemplo: identificação da atividade/tarefa, com data e

prazo de execução; responsável pela execução).

**9.2.1** A entrega do relatório deverá ser feita até o **5º (quinto) dia útil** do mês imediatamente posterior ao mês de prestação do serviço.

**9.3** Os serviços executados serão avaliados mensalmente conforme critérios definidos no Anexo **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO**, que abordará os seguintes aspectos/questões para aferição da qualidade esperada da prestação dos serviços:

ITEM	CRITÉRIO
1	Prestar o serviço contratado através de empregada(o) devidamente qualificada(o) para sua execução.
2	Atender as pessoas com cortesia e urbanidade.
3	Fornecer informação em conformidade/adequada durante a execução dos serviços.
4	Manter, ininterruptamente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.
5	Executar serviço determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, segundo as rotinas estabelecidas neste artefato/ Instrumento.
6	Cumprir as atividades nos prazos estabelecidos no contrato e comunicar à (ao) Fiscal e à Gestora do mesmo, por e-mail e Whatsapp, quaisquer intercorrências, principalmente as que ocorram no período compreendido entre as 13h e 18h, quando já encerrado o expediente da unidade gestora da contratação.
7	Manter o sigilo de informações recebidas em razão da contratação.
8	Assegurar o fornecimento das menores tarifas em vigor, praticadas por quaisquer das companhias aéreas ao público em geral, inclusive tarifas promocionais ou tarifas-acordo, o que será comprovado através de "print screen" dos sites das companhias aéreas pesquisadas, demonstrando tratar-se do preço mais vantajoso, contendo os preços unitários e das respectivas taxas, justificando, - quando for o caso - a impossibilidade de fazê-lo.
9	Comunicar, antecipadamente, de forma expressa e fundamentada, qualquer alteração que será efetuada no sistema eletrônico de reserva (Selfbooking).
10	Comunicar, antecipadamente, qualquer afastamento da(o) funcionária(o) indicada(o) pela(o) CONTRATADA(O) para atender às requisições do serviço objeto da presente contratação e informar os nomes, e-mails e telefones de contato, fixos e celulares, da(o)s substituta(o)s a serem indicada(o)s, de modo a garantir a continuidade dos serviços de forma ininterrupta.

**10. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS E SUA VALIDAÇÃO**

**10.1** Este documento foi elaborado pela integrante demandante (Débora Maria Barbosa do Nascimento) e pela integrante técnica (Ruth Cristina Machado Coelho da Silveira) e, tendo em vista a pertinência das informações acima registradas, foi validado pela Secretária Substituta da SGP (Adriana da Fonseca Moraes Sobral).

**ANEXO III**

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO**

**VERIFICAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS PARA O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, BEM COMO DA QUALIDADE EXIGIDA E DAS OBRIGAÇÕES DA(O) CONTRATADA(O).**

- 1. INTRODUÇÃO**
- 1.1 O procedimento a ser adotado visando à avaliação do resultado relativo ao Contrato de prestação de **SERVIÇOS CONTINUADOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS PARA O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE** encontra-se descrito neste documento, que deverá ser efetuado periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização da execução dos serviços, gerando relatórios mensais de prestação dos serviços executados, sendo estes encaminhados à Gestão da Execução do Contrato.
- 2. OBJETIVO**
- 2.1 Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela(o) CONTRATADA(O) na execução do Contrato de prestação de serviços.
- 3. REGRA GERAL**
- 3.1 A avaliação da(o) CONTRATADA(O) na prestação dos serviços e no cumprimento de suas obrigações será realizada por meio da análise do Indicador de Qualidade (IQ).
- 4. CRITÉRIOS**
- 4.1 No “Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços” (Anexo III - A) devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondentes aos conceitos **“Realizado”**, **“Parcialmente Realizado”** e **“Não Realizado”**, respectivamente.



Realizado	Parcialmente Realizado	Não Realizado
3 (três) pontos	1 (um) ponto	0 (zero) ponto

4.2 CONDIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Quando atribuídas notas 1 (um) ou 0 (zero), a Gestão da Execução do Contrato deverá realizar reunião com a CONTRATADA, **até 10 (dez) dias** após a medição do período, visando a proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação.
- b) Havendo reincidência por 3 (três) meses consecutivos ou por mais de 5 (cinco) meses intercalados ao longo de 1 (um) ano de prestação de serviços, desconsiderados os primeiros 3 (três) meses do primeiro ano de vigência da avença, será realizada abertura de processo administrativo, visando à aplicação de sanções previstas em Contrato, independente se a soma da pontuação for maior ou igual ao percentual de 80% (oitenta por cento) obtido no Indicador de Qualidade.
- c) Na impossibilidade de se avaliar determinado item, deverá ser atribuída a pontuação máxima.
- d) Sempre que a(o) CONTRATADA(O) solicitar prazo visando ao atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pela Gestão da Execução do Contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.

5. COMPOSIÇÃO DO INDICADOR DE QUALIDADE

5.1 Será formado baseado no percentual obtido na Avaliação de Qualidade dos Serviços (Anexo III - A).

a) **Cálculo do Indicador de Qualidade (IQ):** corresponde à pontuação obtida através da avaliação mensal dos serviços prestados, conforme os critérios constantes do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços. Será mensurado através do seguinte cálculo:

$$IQ = \frac{(I1+I2+I3+I4+ \dots In) \times 100}{n}$$

- Em que:
- IQ= Indicador de qualidade
- I1= Pontuação do Item 1
- I2= Pontuação do Item 2
- I3= Pontuação do Item 3
- I4= Pontuação do Item 4
- n= Número de pontos possíveis (número de itens X 3)

6. DESCONTOS REALIZADOS PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO IMR

6.1 Descumpridas as condições especificadas, serão aplicados descontos das respectivas faturas mensais, baseados na pontuação obtida no Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços (Anexo III - A), conforme o seguinte quadro:

% obtido no Formulário de Avaliação de Qualidade	Parâmetro para emissão do valor da nota fiscal	Descontos Aplicados
> 70 %	Pagamento integral (100%) do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	Sem desconto
50% ≤IQ≤70%	Pagamento de 95% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	5% de desconto do valor da nota fiscal
Reincidência do IQ 50%≤IQ≤70% ou Reincidência de pontuação zero nos itens (Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços)	Pagamento de 90% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	10% de desconto do valor da nota fiscal
IQ<50%	Pagamento de 85% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	15% de desconto do valor da nota fiscal

7. RESPONSABILIDADES

7.1 Fiscalização Técnica

7.1.1 Responsável pela avaliação da(o) CONTRATADA(O) por meio da utilização do **Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços** (Anexo III - A). Será responsável, ainda, pelo encaminhamento da documentação de avaliação para a Gestão da Execução do Contrato.

7.2 Gestão da Execução do Contrato:

7.2.1 Responsável pela análise da avaliação recebida, pelo preenchimento do **Formulário de Formação de Valor para Emissão de Nota**

**Fiscal** (Anexo III - B) e pelo encaminhamento de ambos os documentos para pagamento da(o) CONTRATADA(O).

7.2.2 Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho da Contratada – Parcial ou Final.

8. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

- 8.1 Caberá à Fiscalização Técnica do Contrato, com base no **Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços** (Anexo III - A), efetuar o acompanhamento dos serviços prestados, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da(o) CONTRATADA(O).
- 8.2 No final de cada mês de apuração, a Fiscalização Técnica do Contrato deve encaminhar para a Gestão da Execução do Contrato, **em até 5 (cinco) dias após o fechamento das medições, o Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços** (Anexo III - A) gerado no período, acompanhado das justificativas para os itens que receberam notas **0 (zero) ou 1 (um)**.
- 8.3 Cabe à Gestão da Execução do Contrato encaminhar mensalmente para a(o) CONTRATADA(O) 1 (uma) via do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços.
- 8.4 De posse dessa avaliação, a Gestão da Execução do Contrato deve aplicar na medição atual os descontos pertinentes previstos neste procedimento, garantindo prazo para contestação por parte da(o) CONTRATADA(O).
- 8.5 A(O) CONTRATADA(O) deverá se manifestar quanto aos respectivos descontos no prazo de **5 (cinco) dias** contados da data em que foi notificada(o), sendo avaliadas as considerações pela Gestão da Execução do Contrato em até **2 (dois) dias**.
- 8.6 Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda que cabe razão à(ao) CONTRATADA(O), informará à(ao) mesma(o) para que emita a nota fiscal no valor integral, sem o desconto sugerido.
- 8.7 Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda por manter o desconto relativo ao não cumprimento das condições especificadas no Instrumento de Medição de Resultados, caberá a(ao) CONTRATADA(O) emitir a nota fiscal com o valor que lhe for informado, com a respectiva dedução.
- 8.8 Caberá à Gestão da Execução do Contrato encaminhar mensalmente à(ao) CONTRATADA(O), no fechamento das medições, Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, o desempenho global da(o) CONTRATADA(O) em relação aos conceitos por ela(e) alcançados.

ANEXO III - A

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Contrato nº:	Mês:	Data:
Contratada(o):		
Responsável pela fiscalização:		
Gestora(Gestor) da Execução do Contrato:		

ITEM	CRITÉRIO	PONTUAÇÃO - CONFORME ITEM 4 DO IMR
1	Prestar o serviço contratado através de empregada(o) devidamente qualificada(o) para sua execução.	
2	Atender as pessoas com cortesia e urbanidade.	
3	Fornecer informação em conformidade/adequada durante a execução dos serviços.	
4	Manter, ininterruptamente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	
5	Executar serviço determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, segundo as rotinas estabelecidas neste artefato/Instrumento.	
6	Cumprir as atividades nos prazos estabelecidos no Contrato e comunicar à Fiscal e à Gestora do mesmo, por e-mail e whatsapp, quaisquer intercorrências, principalmente as que ocorram no período compreendido entre as 13h e 18h, quando já encerrado o expediente da unidade gestora da contratação.	
7	Manter o sigilo de informações recebidas em razão da contratação.	
8	Assegurar o fornecimento das menores tarifas em vigor, praticadas por quaisquer das companhias aéreas ao público em geral, inclusive tarifas promocionais ou tarifas-acordo, o que será comprovado através de "print screen" dos sites das companhias aéreas pesquisadas, demonstrando tratar-se do preço mais vantajoso, contendo os preços unitários e das respectivas taxas, justificando, - quando for o caso - a impossibilidade de fazê-lo.	
9	Comunicar, antecipadamente, de forma expressa e fundamentada, qualquer alteração que será efetuada no sistema eletrônico de reserva (selfbooking).	

10	Comunicar, antecipadamente, qualquer afastamento da(o) funcionária(o) indicada(o) pela(o) CONTRATADA(O) para atender às requisições do serviço objeto da presente contratação e informar os nomes, e-mails e telefones de contato, fixos e celulares, da(o)s substituta(o)s a serem indicada(o)s, de modo a garantir a continuidade dos serviços de forma ininterrupta.	
Houve reincidência em algum item acima? Relatar:		

ANEXO III - B

FORMULÁRIO DE FORMAÇÃO DE VALOR PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL

Contrato nº:	Empresa:	
EFC/Fiscal:	Mês:	Data:
Gestora(Gestor):		

INDICADOR DE QUALIDADE	
Mecanismo de cálculo	$IQ = \frac{(I1+I2+I3+I4+ \dots In) \times 100}{n}$
Percentual indicador de qualidade	

VALOR DO SERVIÇO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL		
Mecanismo de Cálculo	% obtido no indicador de qualidade	% Desconto
	> 70%	Sem desconto
	50% ≤IQ≤70%	5% de desconto do valor da nota fiscal
	Reincidência do IQ 50% ≤IQ≤70% ou Reincidência em pontuação zero nos itens	10% de desconto do valor da nota fiscal
	IQ<50%	15% de desconto do valor da nota fiscal
Cálculo	% Obtido no Indicador de Qualidade= % Desconto =	
Valor do serviço (R\$)		

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

(Processo Administrativo SEI 0001805-05.2024.6.25.8000, doc. 1540749)

Disponível em <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/licitacoes> (pesquisar pelo ano e pelo número da licitação) e [http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/ConsLicitacao\\_Filtro.asp](http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp) (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

(NOME DA EMPRESA)\_\_\_\_\_, (n.º do CNPJ)\_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_(endereço completo), por intermédio do sua(eu) representante legal a(o) Sra.(Sr.) \_\_\_\_\_, portadora(portador) do RG n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, firmada(o) abaixo, declara sob as penas da lei que está ciente e que concorda com as condições contidas no Ato Convocatório e em seus anexos, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, referentes ao **Pregão Eletrônico 90019/2024** do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

\_\_\_\_\_(localidade) em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

\_\_\_\_\_  
(nome por extenso)

ANEXO VI

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente Instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão da **NOTA DE EMPENHO N.º ou do CONTRATO N.º <nº da nota de empenho/contrato>**, conforme o caso, doravante denominado **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade do **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 - OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO, o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pelo CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

I - **INFORMAÇÃO**: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

II - **INFORMAÇÃO SIGILOSA**: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

III - **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**: instrumento de formalização da contratação, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. Será considerada como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada, ou não, nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pela(o)s sua(eu)s empregada(o)s, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que



venham a lhe ser confiadas durante e em razão das atuações de execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes.

#### 4 – DOS LIMITES DO SIGILO

4.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiras pessoas, estranhas ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### 5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiras pessoas, bem como a não permitir que qualquer empregada(o) envolvida(o) direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA compromete-se a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregada(o)s que atuarão direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com sua(eu)s empregada(o)s visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiras pessoas, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente à(ao) proprietária(o), bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua(eu) controladora(controlador), sua(eu)s controlada(o)s, coligada(o)s, representantes, procuradora(e)s, sócia(o)s, acionistas e cotistas, por terceiras pessoas eventualmente consultada(o)s, sua(eu)s empregada(o)s, contratada(o)s e subcontratada(o)s, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiras pessoas, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiras pessoas;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

#### 6 – VIGÊNCIA

6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

#### 7 – PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

#### 8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste Instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente Instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste Instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste Instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização através de instrumento próprio;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou sua(eu)s filiada(o)s, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

9.1. O CONTRATANTE elege a Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO.

10 – ASSINATURAS

10.1. E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<div>&lt;Nome&gt;</div> <div>&lt;Qualificação&gt;</div>	<div>&lt;Nome&gt;</div> <div>Matrícula: xxxxxxxx</div>
TESTEMUNHAS	
<div>&lt;Nome&gt;</div> <div>&lt;Qualificação&gt;</div>	<div>&lt;Nome&gt;</div> <div>&lt;Qualificação&gt;</div>

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal da(o)s empregada(o)s da(o) CONTRATADA(O) diretamente envolvida(o)s na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no TRE/SE.

No caso de substituição ou inclusão de empregada(o)s da(o) CONTRATADA(O), a(o) Preposta(o) deverá entregar à(ao) Fiscal Administrativa(o) da Contratação os Termos de Ciência assinados pela(o)s nova(o)s empregada(o)s envolvida(o)s na execução dos serviços contratados.

1 – IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO			
INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO Nº			
OBJETO			
CONTRATADA(O)	< Nome da(o) CONTRATADA(O)>	CNPJ	
PREPOSTA(O)			
GESTORA(GESTOR) DA CONTRATAÇÃO		MATRÍCULA	

2 – CIÊNCIA

2.1. Por este Instrumento, a(o)s funcionária(o)s abaixo identificada(o)s declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes do CONTRATANTE.

FUNCIONÁRIA(O)S DA(O) CONTRATADA(O)		
Nome	Matrícula	Assinatura

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E \_\_\_\_\_, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS.

**CONTRATANTE:** A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representado pela(o) Exma(o). Senhora(Senhor) Presidente, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

**CONTRATADA(O):** \_\_\_\_\_, inscrita(o) no CNPJ (MF) sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida(o) na (endereço completo, com CEP), representada(o) por sua(eu) (cargo), Senhora/Senhor (**NOME COMPLETO**), portadora(portador) da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições das Leis nº 14.133/2021 e 13.709/2018, dos Decretos nº 9.507/2018 e 11.246/2022, da Resolução TSE 23.702/2022 e da Resolução TRE/SE 120/2015, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90019/2024**, processos SEI 0001805-05.2024.6.25.8000 e 0004771-38.2024.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO ASSESSORIA, COTAÇÃO, RESERVA, AQUISIÇÃO, EMISSÃO, REMARCAÇÃO, CANCELAMENTO E REEMBOLSO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, conforme especificações definidas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 90019/2024** e na **proposta da(o) CONTRATADA(O)**, os quais - independentemente de transcrição - vinculam este Instrumento Contratual.

1.2 Detalhamento:

Item	Descrição resumida do objeto	(A) Quantidade estimada de passagens (36 meses)	(B) Gasto estimado com emissão de passagens, incluídas as despesas com taxas e multas (36 meses)	(C) Remuneração da(o) Agente de Viagens - RAV ou Desconto da(o) Agente de Viagem-DAV (C negativo), por passagem	(D) = (A) x (C) RAV total ou DAV total (se C negativo)	(E) = (B) + (D) Valor Total Estimado da Contratação
1	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de Agenciamento de Viagens (passagens aéreas nacionais e internacionais). CÓDIGO SIASG: 3719	915	R\$ 2.850.000,00	R\$	R\$	R\$

1.2.1 O fornecimento de passagens aéreas ocorrerá mediante requisição, de acordo com as demandas apresentadas pelo **CONTRATANTE**, de modo que o total estimado para a contratação não configura compromisso futuro.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, DO INÍCIO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

- 2.1 O prazo de vigência da contratação é de **36 (trinta e seis) meses (de XX/XX/2024 a XX/XX/2027)**.
- 2.2 O objeto desta contratação **poderá ser prorrogado** até o prazo limite estabelecido na legislação, por interesse das partes, mediante termo aditivo, desde que haja autorização formal da autoridade competente e que sejam preenchidos, de forma simultânea, os requisitos abaixo enumerados:

2.2.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação do serviço tem natureza continuada.

2.2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que o serviço tenha sido prestado regularmente.

2.2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço.

2.2.4 Seja comprovado que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração.

2.2.5 Haja manifestação expressa da(o) CONTRATADA(O) informando o interesse na prorrogação.

2.2.6 Seja comprovado que a(o) CONTRATADA(O) mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3 A(O) CONTRATADA(O) não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4 **Considerando-se a natureza do objeto de prestação do serviço, não será necessária a promoção de transição contratual (transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas).**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO E DO MODELO DE GESTÃO

- 3.1 A execução e a gestão do Contrato encontram-se disciplinadas nos itens 5 e 6 do **Termo de Referência** vinculado a este Instrumento, conforme disposto a seguir:

a) dinâmica de execução do objeto (item 5.1);

b) duração do Contrato (item 5.2);

c) obrigações do TRE/SE e suas vedações (item 5.3);

d) obrigações da(o) CONTRATADA(O) e suas vedações (item 5.4);

e) condições gerais da gestão (item 6.1);

f) fiscalização e acompanhamento da execução contratual (6.2);

g) recebimentos provisório e definitivo (item 6.3).
- 3.2 Ressalta-se que **as comunicações** entre o TRE/SE e a(o) CONTRATADA(O) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.2.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá informar e-mail e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp para recebimento de comunicações escritas relacionadas a este Instrumento.

3.2.2 As **comunicações de atos processuais** serão realizadas por meio de mensagem eletrônica enviada a e-mail informado pela(o) CONTRATADA(O) e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

- 4.1 A fiscalização e a gestão da avença serão realizadas por Equipe de Fiscalização da Contratação (EFC) composta por gestora(gestor) e fiscais técnica(o) e administrativa(o).
- 4.2 A tabela abaixo apresenta os papéis a serem desempenhados pelo CONTRATANTE e pela(o) CONTRATADA(O):

Id	Função	Responsável	Atribuições
1	Gestora(Gestor) do Contrato	Servidora(servidor) da Assessoria de Planejamento e Gestão da Secretaria de Gestão de Pessoas (ASPLAN-SGP)	Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente aos setores devidos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do Contrato, dentre outros.
2	Fiscal Técnica(o)	Servidora(servidor) da Assessoria de Planejamento e Gestão da Secretaria de Gestão de Pessoas (ASPLAN-SGP)	Acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização do público usuário.
3	Preposta(o)	Funcionária(o) da(o) CONTRATADA(O)	<div>a) Acompanhar a execução do Contrato;</div> <div>b) Atuar como interlocutora(interlocutor) principal junto ao CONTRATANTE;</div> <div>c) Receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.</div>

- 4.3 Os procedimentos de fiscalização e de acompanhamento da execução do Contrato estão previstos no item **6.2** do Termo de Referência vinculado a este Instrumento e devem observar o detalhamento a seguir:



## Fiscalização Técnica

**4.3.1** A Fiscalização Técnica do Contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme **Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a(o) CONTRATADA(O):

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**4.3.1.1** Caberá à Fiscalização Técnica do Contrato, com base no **Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços**, efetuar o acompanhamento dos serviços prestados, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da(o) CONTRATADA(O).

**4.3.1.2** No final de cada período (mês) de apuração, a Fiscalização Técnica do Contrato deve encaminhar para a Gestão da Execução do contrato, **em até 5 (cinco) dias** após o fechamento das medições, o **Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços** gerado no período, acompanhado das justificativas para os itens que receberam notas **0 (zero) ou 1 (um)**.

## Gestão da Execução do Contrato

**4.3.2** Cabe à Gestão da Execução do Contrato encaminhar mensalmente para a(o) CONTRATADA(O) 1 (uma) via do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços.

**4.3.2.1** De posse dessa avaliação, a Gestão da Execução do Contrato deve aplicar na medição atual os descontos pertinentes previstos neste procedimento, garantindo prazo para contestação por parte da(o) CONTRATADA(O).

**4.3.2.2** A(O) CONTRATADA(O) deverá se manifestar quanto aos respectivos descontos no prazo de **5 (cinco) dias** contados da data em que foi notificada(o), sendo avaliadas as considerações pela Gestão da Execução do Contrato em até **2 (dois) dias**.

**4.3.2.3** Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda que cabe razão à(ao) CONTRATADA(O), informará à(ao) mesma(o) para que emita a nota fiscal no valor integral, sem o desconto sugerido.

**4.3.2.4** Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda por manter o desconto relativo ao não cumprimento das condições especificadas no Instrumento de Medição de Resultado, caberá à(ao) CONTRATADA(O) emitir a nota fiscal com o valor que lhe for informado, com a respectiva dedução.

**4.3.2.5** Caberá à Gestão da Execução do Contrato **encaminhar mensalmente** à(ao) CONTRATADA(O), no fechamento das medições, Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, o desempenho global da(o) CONTRATADA(O) em relação aos conceitos por ela(e) alcançados.

## CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

**5.1 Preço global:** o valor estimado do presente Contrato é de **R\$ XXXXXXX (valor por extenso)**, compreendendo todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do serviço e necessárias ao cumprimento integral do objeto contratual.

**5.1.1** O valor unitário do serviço de agenciamento de viagens (RAV ou DAV) é de **R\$ XXXXXX (valor por extenso)**.

## CLÁUSULA SEXTA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

**6.1** A(O) CONTRATADA(O) deverá entregar à Gestão/Fiscalização da Contratação, **até o dia 20 do mês subsequente** ao da prestação do serviço, nota fiscal/fatura do serviço, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e de pagamento.

**6.1.1** A emissão da nota fiscal/fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço.

**6.1.2** No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues ao CONTRATANTE em data posterior à indicada no item 6.1, será imputado à(ao) CONTRATADA(O) o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

**6.2** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal/fatura quando o CONTRATANTE atestar a execução do objeto contratado, o que será providenciado pela EFC ou por outra(o) servidora(servidor) designada(o) para esse fim, **em até 2 (dois) dias úteis** contados de sua apresentação ao TRE/SE.

**6.3** Quando houver glosa parcial decorrente da aplicação dos critérios previstos no IMR, o CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal/fatura com o valor exato dimensionado.

**6.3.1** Considerando a metodologia fixada no IMR, o pagamento a ser realizado à(ao) CONTRATADA(O) em contraprestação pela execução poderá ser reduzido proporcionalmente para refletir à qualidade insuficiente do que foi efetivamente entregue, até o limite de **15% (quinze por cento)** do valor da parcela devida.

**6.4** O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a nota fiscal/fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**6.4.1** o prazo de validade;

**6.4.2** a data da emissão;

**6.4.3** os dados do Contrato e do CONTRATANTE;

**6.4.4** o período respectivo de execução do Contrato;

**6.4.5** o valor a pagar; e

**6.4.6** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**6.5** Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a(o) CONTRATADA(O) providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será iniciado após comprovada a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**6.6** A nota fiscal/fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**6.7** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**6.7.1** Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;

**6.7.2** Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**6.8** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da(o) CONTRATADA(O), será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

**6.8.1** O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

**6.9** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da(o) CONTRATADA(O), bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**6.10** Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à(ao) CONTRATADA(O) a ampla defesa.

**6.11** Havendo a efetiva prestação do serviço, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso a(o) CONTRATADA(O) não regularize sua situação junto ao SICAF.

**6.12** O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE **em até 10 (dez) dias úteis** contados da protocolização da nota fiscal/fatura e da necessária comprovação de regularidade fiscal.

**6.12.1** De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a Nota Fiscal Eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) **sediada(o) fora do Município de Aracaju**, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

**6.12.2** A(O) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da Nota Fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

**6.12.3** O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

**6.13** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da(o) CONTRATADA(O).

**6.14** Caso a(o) CONTRATADA(O) opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante deste instrumento, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

**6.15 O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à(ao) CONTRATADA(O), os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela(o) CONTRATADA(O), nos termos deste Instrumento.**

**6.16** No caso de atraso de pagamento, desde que a(o) CONTRATADA(O) não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

**6.16.1** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , em que:

EM = Encargos moratórios devidos.

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

VP = Valor da prestação em atraso.

**6.16.2** Salvo a atualização financeira prevista no item **6.16**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

**6.17** Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

**6.18** Qualquer incorreção nas faturas/notas fiscais comunicada à(ao) CONTRATADA(O) suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao CONTRATANTE encargos financeiros adicionais.

**6.19 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:**

**6.19.1** Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 (e alterações), conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430/1996 (e alterações).

**6.19.2** Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

**7.1** Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado e observado o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado na forma apresentada nesta cláusula, o valor consignado neste Contrato será reajustado, competindo à(ao) CONTRATADA(O) justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e, se necessário, planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação do CONTRATANTE.

**7.1.1** A parcela do preço correspondente à remuneração ou ao desconto pelo serviço de agenciamento poderá ser reajustada mediante provocação da(o) CONTRATADA(O) ou do CONTRATANTE, respectivamente.

**7.1.2** A parcela do preço correspondente ao valor estimado para a aquisição de passagens de aéreas (incluídas as despesas com taxas e multas) – R\$ 2.850.000,00 (dois milhões oitocentos e cinquenta mil reais) – será reajustada independentemente de pedido da(o) CONTRATADA(O), a fim de manter o valor inicial da contratação atualizado.

**7.1.3** O reajustamento de preços aplicará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou índice que venha a substituí-lo.

**7.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado** da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

**7.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de **1 (um) ano** será computado do último reajuste correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação.

**7.3.1** Entende-se como data do último reajuste, aquela em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrado ou apostilado.

**7.4** O prazo para a(o) CONTRATADA(O) solicitar o reajuste encerra-se na data do encerramento da vigência do Contrato, caso não haja prorrogação.

**7.5** Caso a(o) CONTRATADA(O) não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo do item **7.4**, ocorrerá a **preclusão** deste direito.

**7.6** Na hipótese do item **7.5 (precluso o direito ao reajuste)**, se a vigência do Contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de **1 (um) ano**, contado do dia em que se completou 1 (um) ou mais anos da apresentação da proposta.

**7.7** A solicitação de reajuste somente será deferida por meio de negociação entre as partes, considerando-se as particularidades do Contrato em vigência, os valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes e a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade CONTRATANTE.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DE SUAS VEDAÇÕES

**8.1** As obrigações das partes, bem como suas vedações, estão contempladas no Termo de Referência vinculado a este Instrumento (itens **5.3** e **5.4**), cumprindo destacar que a(o) CONTRATADA(O) e sua(eu)s respectivas empregada(o)s firmam o compromisso de assinar Termo de Confidencialidade [o *Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo* pela(o) CONTRATADA(O) e o *Termo de Ciência* por toda(o)s a(o)s sua(eu)s empregada(o)s diretamente envolvida(o)s na contratação], condição para acesso às dependências do TRE/SE.

**8.1.1** O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo e o Termo de Confidencialidade compõem este Instrumento.

## CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

**9.1** As partes deverão cumprir a [Lei 13.709/2018](#) quanto a todos os dados pessoais a que eventualmente tenham acesso em razão do certame ou do Contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**9.2** A(O) CONTRATADA(O) e sua(eu)s respectivas empregada(o)s só estão autorizada(o)s a adentrar as dependências do TRE/SE após a assinatura, respectivamente, do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e do Termo de Ciência, ambos vinculados a este Instrumento.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**10.1** As hipóteses que configuram infração administrativa e que são, portanto, passíveis de sanção dessa natureza encontram-se definidas no item **6.6** do Termo de Referência vinculado a este Instrumento.

**10.2** A aplicação das sanções será realizada em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à(ao) CONTRATADA(O), observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.3** **Instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas:**

**10.3.1** Antes da aplicação da **multa** será facultada a defesa da(o) interessada(o) no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**10.3.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O), além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia eventualmente prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**10.3.2.1** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.4** A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será precedida de análise jurídica e encerra competência exclusiva da(o) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

**10.5** A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** requer a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 [duas(ois)] ou mais servidora(e)s estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a(o) CONTRATADA(O) para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**10.5.1** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a(o) CONTRATADA(O) poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

**10.5.1.1** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**10.6** A **prescrição** ocorrerá em **5 (cinco) anos**, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

**10.6.1** **Interrompida** pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item **10.5** deste Instrumento.

**10.6.2** **Suspensa:**

**10.6.2.1** pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

**10.6.2.2** por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**10.7** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**10.8** A personalidade jurídica da(o) CONTRATADA(O) poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos à(ao)s sua(eu)s administradora(e)s e sócia(o)s com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a(o) CONTRATADA(O), observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**10.9** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de aplicação da sanção, informar e manter



atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**10.10** As sanções de **impedimento de licitar e contratar** e **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei 14.133/2012.

**10.11** Os débitos da(o) CONTRATADA(O) para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

**10.12** Da aplicação das sanções de **advertência, multa e impedimento de licitar e contratar** caberá **recurso** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

**10.12.1** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida (vide tabela constante do item **6.6.3** do Termo de Referência), que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contado do recebimento dos autos.

**10.13** Da aplicação da sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** caberá apenas **pedido de reconsideração**, que deverá ser apresentado no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da intimação e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contados do seu recebimento.

**10.14** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.14.1** Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

**10.15** A intimação da(o) CONTRATADA(O) se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) por ela(e) informado e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei, nos moldes indicados no item 3.2.2 deste Instrumento.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

**11.1** O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes CONTRATANTES.

**11.1.1** O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

**11.1.2** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, **desde que haja a notificação** da(o) CONTRATADA(O) pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos **2 (dois) meses** de antecedência desse dia.

**11.1.3** Caso a notificação da não-continuidade do Contrato ocorra **com menos de 2 (dois) meses** da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá **após 2 (dois) meses** da data da comunicação.

**11.2** O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo-se, conforme o caso, às previsões dos artigos 138 e 139 do referido dispositivo legal.

**11.3** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

**11.3.1** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**11.4** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

**11.4.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

**11.4.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

**11.4.3** Indenizações e multas.

**11.5** A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

**12.1** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

**13.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

**13.2** A(O) CONTRATADA(O) é obrigada(o) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês** (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

**13.4** Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei 14.133/2021.

**13.5** O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

**14.1** Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente Instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista



no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021, e ao art. 8, § 2º, da Lei nº 12.527/2011.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA(O) REPRESENTANTE DA(O) CONTRATADA(O)**

**15.1** A(O) CONTRATADA(O) indica \_\_\_\_\_, CI \_\_\_\_\_, SSP/\_\_\_\_, CPF/MF \_\_\_\_\_, para representá-la(o) na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias seguem descritas abaixo e que constam da Nota de Empenho \_\_\_\_\_.

- Programas de Trabalho: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral e Pleitos Eleitorais.
- Natureza da Despesa: Outras Despesas Correntes.
- Fonte de Recursos: 1000 ou 1027.
- Elemento de Despesa: 339033 - Passagens e despesas com Locomoção.
- Subelementos de Despesa: 33903301 (passagens para o país); 33903302 (passagens para o exterior).
- Planos Internos: ADM PASSAG; ADM PASMEN; SE CAPPAC; SE CAPEJE; SE CAPTIC; TRE REUNIA1; TRE TREINA.

**16.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO**

**17.1** Integram este Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico nº 90019/2024**, seus Anexos e a proposta da(o) CONTRATADA(O), acompanhada da documentação que a respalda.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

**18.1** Elege-se o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, o qual, depois de lido, é assinado eletronicamente pela(o)s representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA(O).

(assinado e datado eletronicamente)  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)  
**[NOME DA(O) REPRESENTANTE]**  
(Nome da Empresa)



Documento assinado eletronicamente por **EVAN KARINE FONSECA DA SILVEIRA, Chefe de Seção**, em 28/05/2024, às 10:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1540739** e o código CRC **40DA9A27**.